



ANAIS DA ASSEMBLÉIA

Nº 026

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 13 DE ABRIL DE 2004

ANO XXIX

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ANDRÉ VARGAS

1º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

2º Vice-Presidente - PDT

ARLETE CARAMÊS

3º Vice-Presidente - PPS

NEREU MOURA

1º Secretário - PMDB

GERALDO CARTÁRIO

2º Secretário - PSL

CLEITON KIELSE

3º Secretário - PFL

RENI PEREIRA

4º Secretário - PSB

EDSON PRACZYK

5º Secretário - PL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Ângelo Vanhoni</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Valdir Rossoni</i>
<i>PMDB</i>	<i>Antonio Anibelli</i>
<i>PP</i>	<i>Duílio Genari</i>
<i>PT</i>	<i>Elton Carlos Welter</i>
<i>PDT</i>	<i>Barbosa Neto</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Mauro Moraes</i>
<i>PPS</i>	<i>Marcos Isfer</i>
<i>PSB</i>	<i>Dr. Luciano Ducci</i>

Representação Partidária

PMDB - 11: Ademir Bier - Alexandre Curi - Antonio Anibelli - Artagão Júnior - Delegado Bradock - Dobrandino da Silva - Elza Correia - José Maria Ferreira - Nereu Moura - Rafael Greca - Vanderlei Iensen; PT - 09: André Vargas - Ângelo Vanhoni - Elton Carlos Welter - Hermes Fonseca - Luciana Rafagnin - Natálio Stica - Padre Paulo Campos - Pedro Ivo Ilkiv - Tadeu Veneri; PSDB - 08: Ademar Traiano (em licença) - Francisco Bühner - Hermas Brandão - Luiz Accorsi - Luiz Fernandes da Silva Litro - Luiz Nishimori - Miltinho Pupio (em licença) - Nelson Tureck - Nelson Garcia - Valdir Rossoni; PFL - 06: Cleiton Kielse - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Justus - Plauto Miró Guimarães; PDT - 04: Augustinho Zucchi - Barbosa Neto - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 04: Cida Borghetti - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli; PTB - 03: Ailton Araújo - Carlos Simões - Jocelito Canto; PPS - 04: Arlete Caramês (em licença) - Felipe Lucas - Marcos Isfer - Ratinho Júnior - Waldir Leite; PSB - 02: Dr. Luciano Ducci - Reni Pereira; PL - 03: Chico Noroeste - Mauro Moraes - Pastor Edson Praczyk; PSL - 02: Geraldo Cartário - Luiz Carlos Martins.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
15ª LEGISLATURA
ATA DA 024ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM
13 DE ABRIL DE 2004**

(terça-feira)

Presidência do Sr. Deputado Hermas Brandão, secretariada pelos Srs. Deputados Renato Gaúcho e Geraldo Cartário.

À hora regimental foi registrada a presença dos seguintes Srs. Deputados: Hermas Brandão, André Vargas, Augustinho Zucchi, Nereu Moura, Geraldo Cartário, Cleiton Kielse, Reni Pereira, Pastor Edson Praczyk, Ademir Bier, Ailton Araújo, Alexandre Curi, Antonio Anibelli, Ângelo Vanhoni, Artagão Júnior, Barbosa Neto, Carlos Simões, Cida Borghetti, Chico Noroeste, Delegado Bradock, Dobrandino da Silva, Dr. Luciano Ducci, Duílio Genari, Durval Amaral, Elio Rusch, Elton Carlos Welter, Elza Correia, Felipe Lucas, Fernando Ribas Carli, Francisco Bühner, Hermes Fonseca, Jocelito Canto, José Maria Ferreira, Luciana Rafagnin, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Martins, Luiz Fernandes da Silva Litro, Luiz Nishimori, Marcos Isfer, Mauro Moraes, Natálio Stica, Neivo Beraldin, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nelson Tureck, Padre Paulo Campos, Pedro Ivo Ilkiv, Plauto Miró Guimarães, Rafael Greca, Ratinho Júnior, Renato Gaúcho, Tadeu Veneri, Valdir Rossoni, Vanderlei Iensen e Waldir Leite (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Hermas Brandão)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Ofício:

OFÍCIO Nº 027/2004 - PDT

Curitiba, 06 de abril de 2004.

Exmo. Sr. Presidente:

Ao cumprimentá-lo, vimos informar a V. Exa. que, em virtude da renúncia do Deputado Estadual Neivo Beraldin à Liderança do PDT na Assembleia Legislativa, em

reunião da Executiva Estadual do Partido Democrático Trabalhista realizada em 05 de abril do corrente, foi aprovada a indicação do Deputado Estadual Homero Barbosa Neto como novo Líder do Partido nesta Casa.

Atenciosamente

(a) SENADOR OSMAR DIAS

Presidente do PDT/PR

Exmo. Sr.

Deputado Hermas Brandão

MD Presidente da

Assembleia Legislativa do Paraná

Curitiba / PR

Indicação:

INDICAÇÃO Nº 010/2004

Exmo. Sr. Governador do Estado

Exmo. Sr. Secretário de Estado da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior:

O Deputado Carlos Simões dirige-se à V. Exas. para expor e reivindicar o seguinte:

I - que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, ficam integradas em uma só autarquia, denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área de Ensino Superior.

II - A UAP terá sede e foro no Município de Curitiba, onde está jurisdicionada a Instituição Estadual de Ensino Superior que ora passa a integrá-la.

III - A receita, patrimônio e dotações orçamentárias da Instituição Estadual de Ensino ficam sob a titularidade da UAP.

IV - A estrutura organizacional básica e a definição de atribuições da UAP serão estabelecidas em Estatuto, bem como o Regimento Interno, o Plano de Desenvolvimento Institucional e o Projeto Pedagógico, serão elaborados com a participação das comunidades das atuais Instituições Estaduais de Ensino, referidas no *caput* I.

V - Ficam criados, na UAP, os cargos de provimento em comissão de Reitor e Vice-Reitor, símbolos DAS-1 e DAS-3, respectivamente.

VI - Os cargos de Reitor e Vice-Reitor serão criados a partir do corpo docente das Instituições (Diretor e Vice-Diretor) de que se trata o *caput* I.

VII - Os demais cargos serão determinados em estatuto utilizando o organograma da estrutura administrativa das instituições integradas.

VIII - Deverá ser revogada a Lei Estadual nº 13283, de 25 de outubro de 2001 e demais disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A reivindicação da criação de uma Instituição de Ensino Superior de Arte em Curitiba surgiu no final do século XIX, com Mariano de Lima, que criou a Escola de Belas Artes e Indústrias do Paraná (1886). Foi um ideal perseguido tenazmente por Alfredo Andersen desde sua chegada no Paraná em 1903 até sua morte em 1937. Luta assumida pelos intelectuais, artistas e educadores da época. Em 1948, por intermédio da Sociedade Cultura Artística Brasília Itiberê, com participação da Academia Paranaense de Letras, do Centro de Letras, do Centro Paranaense Feminino de Cultura, da Sociedade de Amigos Alfredo Andersen, do Instituto de Educação e do Colégio Estadual do Paraná, e outras instituições, foi fundada a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP.

Em 1951, a EMBAP passou a ocupar o atual prédio, hoje tombado pelo patrimônio histórico à Rua Emiliano Pernetá, 179, no centro de Curitiba.

Desde 1983, essa Instituição vem enfrentando problemas relativos à sua estrutura funcional e por várias vezes houve o intento de se fundir a EMBAP com a Faculdade de Artes do Paraná - FAP.

A EMBAP recebeu doações de renomados professores e artistas possuindo obras valiosas, que coloca o seu acervo entre os mais significativos do Estado. A instituição conta com um grande acervo de instrumentos musicais e biblioteca especializada, oferecendo cursos de Bacharelado em Pintura, Escultura, Gravura, Instrumento, Composição e Regência, Canto, Licenciatura em Música e Desenho, todos reconhecidos pelos órgãos competentes. Desde 1991 oferece cursos de Pós-Graduação em Música e Artes Plásticas. É a única instituição do Estado que tem programas de extensão em música para crianças e jovens com cursos regulares.

A estrutura física, laboratórios, biblioteca, já estão implantados. Portanto, a Universidade de Artes do Paraná não envolverá aumento significativo de recursos, visto que, na composição dos custos, a principal despesa é atribuída à folha de pagamento do quadro docente e técnicos administrativos, que já estão sendo disponibilizados pelo Governo do Estado. Da mesma forma, por ser uma instituição universitária especializada, terá uma estrutura administrativa enxuta, não acarretando maiores dispêndios.

O Estado do Paraná construiu um invejável sistema estadual de ensino superior. Por que não consolidar esta posição de vanguarda, concretizando uma iniciativa técnica e economicamente viável, social e culturalmente relevante, inovadora, pioneira e inédita: a Universidade de Artes do Paraná?

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 565

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o

soberano Plenário, a retirada por 05 (cinco) Sessões do Projeto de Lei nº 002/2004, Mensagem Governamental nº 002/2004, item 03 da Ordem do Dia da presente Sessão Plenária.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 529

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o duto Plenário, o arquivamento do Projeto de Lei nº 114/2004, de sua autoria.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

REQUERIMENTO Nº 559

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, a dispensa de Redação Final do Projeto de Lei nº 002/2004, que não sofreu emendas no curso da tramitação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) NATÁLIO STICA

REQUERIMENTO Nº 537

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o duto Plenário, licença de 121 (cento e vinte e um) dias para tratamento de saúde, a partir de 13 de abril de 2004, conforme atestado médico em anexo.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) MILTINHO PUPPIO

COORDENADORIA MÉDICA

LAUDO MÉDICO Nº 017/2004

Aos treze dias do mês de abril de 2004, a Junta Médica infra-assinada, tendo procedido à inspeção de saúde em Milton José Miltinho Pupio Filho, concluiu achar-se o mesmo com C.I.D. 10 - I 20.0. I 23 + I 25.9 (diagnóstico de acordo com a nomenclatura internacional de doenças e causas de morte).

Tendo-lhe sido concedido (121) cento e vinte e um dias de licença, para tratamento a partir de 13/04/2004, com Término em 12/08/2004.

(a) Dr. ROGÉRIO A. CAMARGO SCHEID

Médico Chefe de Junta

REQUERIMENTO Nº 564

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, na condição de Presidente da Comissão Permanente de Fiscalização, no uso de suas atribuições Constitucionais (artigos 62 e 76 da Constituição Estadual), regimentais (artigo 33, parágrafo 15, do Regimento Interno desta Casa), e legais (Decreto Governamental nº 253/2003) após deliberação

dos membros da Comissão, vem, após ouvido o douto Plenário, REQUERER, o serviço de Taquigrafia em todas as Sessões, quer ordinárias ou extraordinárias, Audiências Públicas, independentemente da Cidade onde se realizem, inclusive as Audiências Públicas já realizadas em Paranaguá em 11/03/2004, cujas fitas cassete gravadas já se acham de posse dos funcionários daquele setor desde 23/03/2004, bem como da Audiência Pública realizada em 02/04/2004, e ainda, a Sessão Ordinária do dia 31/03/2004.

Justifica-se o pedido pela necessidade imprescindível de se terem as notas taquigráficas para análise dos Deputados e facilitação de elaboração dos relatórios e pareceres relativos a casa Sessão realizada.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) NEIVO BERALDIN

REQUERIMENTO Nº 562

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado que este subscreve PEDE à egrégia Assembléia, seja reservado o Grande Expediente da Sessão do dia 10 de agosto para comemorar, de forma democrática, os 150 anos da gloriosa Polícia Militar do Paraná, que cumpre neste ano de 2004 seu sesquicentenário, sempre orgulhando o povo paranaense, pelos relevantes serviços prestados à nossa comunidade.

Os 150 anos da corporação seguem-se aos 150 anos da criação política do Paraná que comemoramos com brilho em 2003.

O Conselheiro Zacarias de Góes e Vasconcelos, em 10 de agosto de 1.854, após a implantação da Assembléia Legislativa a 15 de julho do mesmo ano, institui a Polícia Militar do Paraná.

A Assembléia Legislativa do Paraná, ao realizar este ato estará se associando a toda a comunidade paranaense nesta comemoração, para homenagear e agradecer toda Corporação e comunidade da família miliciana, pelos relevantes serviços prestados ao povo do Paraná.

Seja este requerimento encaminhado ao Cel. David Antonio Pancotti, Comandante Geral da Polícia Militar do Paraná, Rua Marechal Floriano Peixoto, 1401 - Rebouças - CEP: 80.230-110.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

REQUERIMENTO Nº 536

Senhor Presidente:

A Deputada que o presente subscreve, no uso de suas atribuições e regimentais, vem mui respeitosamente REQUERER, após ouvido o douto Plenário, autorização desta Casa de Leis, para ausentar-se do País, entre os dias 19, 20 e 21 de abril de 2004, para realização de viagem à Itália.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 545

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de votos de profundo pesar pelo falecimento do Desembargador João Cid de Macedo Portugal, ocorrido dia 07 de abril/2004, nesta Capital.

Requer, outrossim, que da decisão da Casa, seja dada ciência à família enlutada.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) ANTONIO ANIBELLI

JUSTIFICATIVA:

Faleceu, nesta Capital no último dia 07 de março, aos 87 anos de idade, o Desembargador João Cid de Macedo Portugal.

Filho de Clotário de Macedo Portugal e Annita de Macedo Portugal, nasceu em Curitiba em 09 de julho de 1916.

Casou-se logo cedo, em 1937, com a Sra. Dinorah Bacellar, com quem iniciou a vida administrando a fazenda que seu pai mantinha em Campo Largo.

O passamento do Desembargador João Cid de Macedo Portugal veio abrir enorme lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amigos, dentre eles este Parlamentar.

Deixou filhos e netos.

Viúvo em 1960, contraiu novas núpcias com a Sra. Dulce Bepler, com quem teve os filhos: Diogo, que é publicitário e humorista, Cristiane, jornalista e o Dr. Evandro, que é o atual Juiz de Direito da Comarca de Clevelândia.

João Cid em sua escalada profissional e de vida, soube honrar o nome e a tradição cujas profundas raízes foram plantadas por Clotário, marcando por onde passou com os sinais da sua sabedoria, honestidade e muito trabalho.

João Cid de Macedo Portugal exerceu o cargo de Promotor Público nas Comarcas de Antonina, Cerro Azul, Prudentópolis e Curitiba. Como Procurador de Justiça, chefiou o Ministério Público do Paraná. O Desembargador João Cid Portugal foi Juiz fundador do Tribunal de Alçada e da Escola de Magistratura do Paraná, tendo lecionado Direito Penal na PUC-PR. Como Desembargador exerceu diversas funções de relevo. Foi Conselheiro do Conselho Penitenciário do Paraná até março próximo passado.

No Governo estadual, após restabelecido o estado de direito, exerceu diversos cargos de importância, sendo Consultor Jurídico do Departamento de Municipalidades, Assistente Jurídico e Chefe do Cerimonial do Palácio de São Francisco, Chefe da Casa Civil e Secretário do governo. Durante os governos de Moysés Lupion, Bento Munhoz da Rocha Neto, Antonio Anibelli e Adolpho de Oliveira Franco, integrou a Comissão de Serviço Público Estadual, e, como representante do Ministério Público, a Fundação Paranaense de Colonização e Imigração e a

Fundação do Trabalhador Rural, bem como a Comissão que consolidou as leis da Polícia Militar do Estado, juntamente com o então Capitão Ney Aminthas de Barros Braga, que representava o Exército Nacional.

Em 1953, foi candidato a Prefeito Municipal de Curitiba, pelo Partido Democrata Cristão.

Dentre outras atribuições relevantes, foi Conselheiro do Instituto Cultural Brasileiro-Germânico desde 1956, integrou o Rotary Club de Curitiba, o Club dos 21 Irmãos Amigos - de Civismo, - detinha a Comenda de Mérito da "Boca Maldita" e formou-se pela Associação da Escola Superior de Guerra-ADESG.

Em 1987, aos 70 anos de idade aposentou-se compulsoriamente, deixando seu filho, Dr. Evandro, que continuará com a luta heróica de seu saudoso pai, Dr. João Cid de Macedo Portugal, no Judiciário paranaense.

Tombou mais um lutador. A morte, no seu perambular incessante, não respeita nem fortes nem fracos. Por isso caiu o prezado e fiel amigo João Cid. Leva consigo, entretanto, a certeza de haver lutado com denodo e com altivez, o combate da honra e do dever.

Nunca se acovardou ante o perigo, nunca cedeu às injunções do medo, nunca tergiversou com o dever, nunca duvidou da justiça. Quando ainda no trabalho foi chefe magnânimo e compreensivo. Exigia mais de si do que dos outros. A justiça porém, para ser eficiente, precisa de sacerdotes. E estes são os juízes.

Quão nobilitante e digno é esse sacerdócio. Do Juiz dependem o bem-estar e a paz da sociedade. Esse sacerdócio acarreta, entretanto, uma soma de sacrifícios e de abnegação que só os heróis podem abraçá-lo. O Juiz terá que pôr constantemente o cérebro acima do coração. É o que procurou fazer o inesquecível Desembargador João Cid de Macedo Portugal.

Eis porque o seguíamos, eis porque acatávamos o seu conselho. Grande para nós foi sua perda. O chefe amigo seguro e impertérrito que era, desaparece. Quem, com suas qualidades, para o substituir? Quem, com sua experiência, para nos guiar?

Permaneceremos, porém, fiéis à sua memória e seus exemplos, e suas lições hão de continuar a ser a nossa bússola na nossa luta pelo bem-estar de nossa gente. Lá onde está, pode ter a certeza de que saberemos ser os continuadores na luta pelo ideal.

Sua coragem, sua lealdade, sua prudência nunca desmedida, são outras tantas qualidades que procuraremos cultivar como homenagem que lhe devemos.

Repousa, pois, valente lutador. Aceite pois, a saudade dos seus entes queridos e dos amigos que com lágrimas nos olhos afirmam que pode repousar tranqüilo, pois que tudo farão para que sua obra na Justiça e na sociedade permaneçam para atestar aos vindouros as suas excelsas qualidades de homem de ação e de coração.

Um vácuo imenso invade a alma, e a nossa inteligência recusa-se a acreditar no inevitável. Mas tal é a condição humana: viver, lutar e morrer. Fique certo,

estimado amigo, Dr. João Cid, que as preces que dirigimos, na Santa Missa, ao Todo Poderoso, serão pelo seu merecido repouso. Descanse em paz.

O Poder Legislativo do Estado do Paraná, por intermédio deste Deputado, cumpre o dever de associar-se à dor que abalou a família Macedo Portugal, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO Nº 543

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que sejam registrados nos Anais da Sessão de hoje, votos de congratulações ao Juiz federal Álvaro Eduardo Junqueira, da 7ª Vara Federal de Curitiba, por sua promoção a Desembargador Federal do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, com sede em Porto Alegre.

Requer, ainda, que do presente se dê ciência ao homenageado no seguinte endereço: Avenida Anita Garibaldi, 888 - Ahu - 80540-180, Curitiba / PR.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) ADEMIR BIER

REQUERIMENTO Nº 557

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis, REQUER à Mesa seja oficiada ao Presidente da Sociedade Rural de Maringá, Sr. Dr. Neri Fabre, externando voto de congratulações pela realização da 32ª Exposição Feira Agropecuária e Industrial de Maringá, de 7 a 16 de maio de 2004, no Parque Internacional de Exposições "Francisco Feio Ribeiro". O sucesso desse evento faz da região de Maringá importante pólo de produtos, levando os avanços da agropecuária inclusive ao mercado internacional. O agronegócio é importante gerador de trabalho e de riqueza, levando o Paraná a conquistar espaço fundamental na produção do PIB nacional.

A Sociedade Rural de Maringá e a comunidade maringaense merecem o reconhecimento deste Parlamento, em razão de mais essa edição da Expoingá.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 560

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, Deputado que este subscreve, REQUER a inserção nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações a Luiz Henrique Tournier, Diretor-Presidente da Tournier & Associados de Curitiba - PR, e a Antonio Bornia, Vice-Presidente do Conselho Superior da Organização Bradesco, que no último dia 5 de abril de 2004, receberam o primeiro título de Sócio Benemérito do Movimento Familiar "A Voz do Silêncio", pela expressiva contribuição de ambos à entidade.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

A ONG Movimento Familiar “A Voz do Silêncio” foi criada por Érica Maria Maestri em 1991, reestruturando a Escola de Pais de Surdos.

“A Voz do Silêncio” tem como missão precípua subsidiar a implementação de ações junto aos surdos, familiares, educadores e sociedade em geral, no intuito de promover o surdo enquanto indivíduo, propiciando seu desenvolvimento integral (emocional, afetivo e cognitivo) e sua inclusão na sociedade.

Movimento Familiar “A Voz do Silêncio”, tem prestado inestimáveis serviços à nossa comunidade. Pauta-se pela valorização dos surdos, da família, dos valores éticos, da Pátria e da democracia.

A educadora Érica nos ensina:

“Caso o surdo seja deixado de lado, suas capacidades serão desenvolvidas no aspecto negativo, criando dificuldades até profundas para si e para os demais com os quais convive. Dá trabalho educar um surdo? Dá.

Mas, tão logo percebe e reconheça o que se espera dele, estando bem motivado e tendo o privilégio de contar com uma família atuante, disposta à luta contínua, o surdo superará as expectativas, aproveitando as oportunidades para sua integração ao meio.

Milagre? Não. Trabalho.

Se Deus preferisse acabar com a surdez, não precisaria nem de milagre ostensivo, bastaria um ato de Sua vontade” (Érica Maria Maestri).

Encaminhe-se este requerimento à Sra. Érica Maria Maestri - Rua Vicente Machado, 160 - CEP 80420-010 e aos Srs. Luiz Henrique Tournier, Travessa João Turin, 80 - ap. 102 - CEP 80140-100, a Antonio Bornia, Prédio Novo, 4º andar, ap. 60 - CEP 29900 - Cidade de Deus - Vila Yara - Osasco / SP.

REQUERIMENTO Nº 561

Senhor Presidente:

Rafael Greca de Macedo, deputado do PMDB que este subscreve, pede à egrégia Assembléia a inclusão nos Anais da presente Sessão, de voto de congratulações à escritora Maria Adelaide Amaral.

Voto este extensivo ao Vereador Arselino Tatto, Líder da Bancada do PC do B, na Câmara Municipal de São Paulo, a Manoel Francisco Pires da Costa, presidente da Fundação Bienal de São Paulo e a Gustavo Petta, presidente da UNE - União Nacional dos Estudantes, por ocasião da nomeação da referida escritora como Cidadã Honorária Paulista.

O ato deu-se no Pavilhão da Bienal de São Paulo, na última quarta-feira, 7 de abril, em retribuição à meritória obra literária e teatral de Maria Adelaide Amaral, em especial à recente minisérie “Um Só Coração”, onde a história do Brasil e de São Paulo foram enfocadas com maestria, talento e desvelo, por ocasião dos 450 anos da

fundação da cidade pelos padres Manoel da Nóbrega e José de Anchieta, no pátio do colégio.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) RAFAEL GRECA

JUSTIFICATIVA:

Este deputado e esta Assembléia Legislativa do Paraná, associam-se ao Vereador paulistano proponente, às instituições culturais de expressão nacional patrocinadoras, e aplaudem uma expressão singular da dramaturgia nacional.

Se “cultura é tudo aquilo que a gente sabe, depois de esquecer tudo aquilo que se aprendeu”, a obra políptica e plural de Maria Adelaide Amaral sobre a formação da maior cidade do Brasil, é uma obra de cultura. Mérito, pois, a esta cidadã. Também desde a nossa Curitiba, desde o coração do Paraná.

Seja este voto encaminhado à escritora Maria Adelaide Amaral, ao Dr. Manoel Francisco Pires, presidente da Fundação Bienal de São Paulo, aos Vereadores Arselino Tatto e Alcides Amazonas, da Câmara Municipal de São Paulo, a Gustavo Petta, Presidente da UNE, no endereço: Fundação Bienal de São Paulo - Parque Ibirapuera, Portão 3 - CEP 04094-000 - São Paulo / SP - Fones: (11) 5573-5377 / (11) 5549-0230 (fax).

REQUERIMENTO Nº 531

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o soberano Plenário, o envio de expediente ao Sr. Luiz Fernando Ferreira Delazari, Secretário de Estado da Segurança Pública, para que sejam tomadas providências com a máxima urgência no sentido do aumento do efetivo de policiais militares e reformas no prédio da Polícia Militar do Município de Santa Terezinha de Itaipu.

Requer ainda, que se dê ciência ao Sr. Claudinei Costa Ferreira, Presidente do Conselho Comunitário de Segurança de Santa Terezinha de Itaipu, através de correspondência a ser encaminhada à Rua Alexandre Venson, 1162 - CEP 85875-000 - Santa Terezinha de Itaipu.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) PASTOR EDSON PRACZYK

REQUERIMENTO Nº 541

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Roberto Requião, DD Governador do Estado do Paraná, solicitando a liberação de recursos financeiros objetivando a aquisição de equipamentos e materiais permanentes para a implantação do Centro de Convivência do Idoso do Município de Foz do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

A Secretaria Municipal de Ação Social de Foz do Iguaçu, através do Programa de Apoio à Pessoa Idosa, atende a aproximadamente 6000 idosos, ofertando atividades sócio-educativas, culturais, desportivas e de lazer. A Prefeitura, visando atender esta clientela, edificou um espaço físico de aproximadamente 2500 m² para abrigar o Centro de Convivência do Idoso, necessitando agora de apoio do Governo do Estado para equipá-lo, proporcionando desta forma o desenvolvimento das atividades compatíveis com o exercício pleno da cidadania ao idoso.

É importante ressaltar que existe pedido neste sentido junto à Secretaria de Estado do Emprego, Trabalho e Promoção Social, protocolado sob nº 5.703.643-5.

REQUERIMENTO Nº 540

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, o envio de ofício ao Exmo. Sr. Padre Roque Zimmermann, Secretário de Estado do Trabalho, Emprego e Promoção Social, solicitando recursos financeiros para a construção de uma quadra de esportes coberta na Escola de Educação Especial Pestalozzi, do Município de São Miguel do Iguaçu.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) DOBRANDINO DA SILVA

JUSTIFICATIVA:

Sociedade Pestalozzi de São Miguel do Iguaçu, entidade sem fins lucrativos é mantenedora da Escola de Educação Especial Pestalozzi, a qual atua no atendimento de portadores de necessidades especiais.

Desejamos, com a referida proposição, oferecer ao corpo discente do Educandário, condições para a prática do desporto e aulas de educação física, bem como o espaço também será utilizado para sessões de fisioterapia, imprescindível para a melhoria locomotora de alunos que freqüentam aquele estabelecimento.

REQUERIMENTO Nº 544

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições constitucionais e regimentais, REQUER, ouvido o douto Plenário, envio de expediente ao Sr. Roberto Requião, Governador do Estado do Paraná, solicitando urgência na aprovação do pedido de pagamento de vencimentos aos policiais civis de nível superior, consoante tabela de referência de vencimentos dos cargos do QPPE - Agente Profissional classe A, prevista na Lei nº 13.666/2002, conforme solicitação do Sindicato das Classes Policiais Civis do Estado - SINCLAPOL, sob o protocolo nº 5.507.792-2.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) PADRE PAULO CAMPOS

JUSTIFICATIVA:

O presente requerimento se justifica tendo em vista que a Lei Complementar nº 89/2001 alterou o Estatuto da Polícia Civil, exigindo a comprovação de escolaridade de

terceiro grau para o ingresso nas carreiras de escrivão de polícia, investigador de polícia, datiloscopista ou identificador datiloscópico.

Com base neste dispositivo o SINCLAPOL ingressou com pedido de aplicação da tabela de referência de vencimento dos cargos do Quadro próprio do Poder Executivo - QPPE (Agente Profissional classe A), conforme previsão da Lei nº 13.666/2002.

O pedido do Sindicato teve parecer favorável do Conselho da Polícia Civil, Departamento da Polícia Civil, Secretaria da Segurança Pública, Secretaria da Administração e Previdência, Secretaria do Planejamento e da Secretaria da Fazenda.

REQUERIMENTO Nº 547

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER envio de expediente ao Exmo. Juiz Federal Dr. Sérgio Fernando Moro, solicitando cópia do inteiro teor dos depoimentos prestados pelo doleiro Albeto Youssef na 2ª Vara Federal, onde cita o envolvimento de membros deste Poder. É de conhecimento de todos que ultimamente a imprensa tem vinculado notícias envolvendo membros desta Casa com o doleiro Alberto Youssef.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) NEREU MOURA

JUSTIFICATIVA:

Tal solicitação tem como objetivo esclarecer a população paranaense dos fatos noticiados e se verídico, tomar as medidas cabíveis para o referido assunto, no sentido de preservar a imagem desta augusta Casa de Leis, da qual tenho a honra de ser membro.

REQUERIMENTO Nº 551

Senhor Presidente:

O Deputado que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o douto Plenário, que seja encaminhando expediente ao Comando da Polícia Militar do Paraná, no sentido de atender o pedido dos pais de alunos do Colégio Estadual Emilio de Menezes, sito à Rua José Zaleski - Bairro Capão Raso, que pedem policiamento ostensivo, em regime de urgência, principalmente em frente a esse colégio. A partir de 11h30 ocorrem verdadeiros "rachas" de veículos e a venda de drogas acontece livremente. A presença de policiais com certeza inibirá a ação dos traficantes e acabará com os rachas, proporcionando tranquilidade para os alunos e seus pais, bem como para toda a comunidade.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) LUIZ CARLOS MARTINS

REQUERIMENTO Nº 563

Senhor Presidente:

Observadas as disposições regimentais, a adiante nominada, Deputada com assento nesta Casa de Leis,

REQUER à Mesa seja oficiado ao Exmo. Sr. Governador do Estado, Roberto Requião, e ao Presidente da Associação dos Municípios do Paraná - AMP -, Joarez Lima Henrich, enviando aos mesmos cópia da correspondência anexa, da Fundação Getúlio Vargas oferecendo os préstimos daquela conceituada instituição para a elaboração dos Planos Diretores dos Municípios, conforme exige o Estatuto das Cidades.

Cabe salientar que os Municípios com mais de 20.000 habitantes ou que façam parte de Regiões Metropolitanas; de áreas de especial interesse público e inseridas em áreas de influência de empreendimento ou atividades com significativo impacto de âmbito regional ou nacional, têm até 2006 para concluir a elaboração e aprovação dos respectivos Planos Diretores.

O ISAE/FGV demonstra, com essa iniciativa, a importância de prazo hábil para que os Planos Diretores sejam efetivamente instrumentos de desenvolvimento urbano, melhorando a qualidade de vida da população.

Essa proposta deve ser conhecida e avaliada para o bem das comunidades urbanas do nosso Estado.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) CIDA BORGHETTI

REQUERIMENTO Nº 548

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, REITERAM, após ouvido o douto Plenário, solicitação de informações ao Secretário de Estado dos Transportes, para efeito de declinar do seu embarque pelos portos deste Estado, diretamente e sem delegações e, objetivamente e sem tergiversações, haja vista o teor da pretensa resposta encaminhada a este Poder Legislativo.

Requerem ainda, seja desconsiderado o Ofício CIRC CEE/CC 016/04 e anexos, com resposta ao requerimento aprovado em 17 de março último, uma vez que parecer da Procuradoria Jurídica da APPA, anexado a título de informação não responde à questão objetiva levantada, além de evasivamente reportar-se a legislação de proteção ambiental, para extrair ilação subjetiva, inaceitável em uma peça jurídica, de que a soja transgênica seria nociva ao meio ambiente.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e VALDIR ROS-SONI

REQUERIMENTO Nº 553

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente da Copel e ao Presidente da Fundação Copel, através do Secretário-Chefe da Casa Civil, informações quanto à compra de 40 milhões de reais em debêntures da empresa Triunfo Par-

ticipações, juntando cópia da respectiva ata de aprovação da operação, bem como informar se tal transação teria motivado a demissão em massa da Diretoria da Fundação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e VALDIR ROS-SONI

REQUERIMENTO Nº 554

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, informar qual o valor constante nos registros dessa Junta Comercial, em 27 de fevereiro de 2003, das ações subscritas da ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e VALDIR ROS-SONI

REQUERIMENTO Nº 555

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o douto Plenário, ao Presidente da Copel, através do Secretário-Chefe da Casa Civil, informações quanto a aquisição, pela Copel, da participação acionista da empresa Triunfo Participações na ELEJOR - Centrais Elétricas do Rio Jordão, anexando à resposta os seguintes documentos:

1 - cópia da ata da assembléia geral de acionistas ou da reunião do Conselho Deliberativo que aprovou a compra da participação acionária da Triunfo Participações na ELEJOR.

2 - cópia completa, capa a capa, do processo de aquisição da referida participação acionária da ELEJOR, **inclusive** da auditoria e do laudo de avaliação que atribuiu o valor de R\$42.800.000,00 pela compra da referida participação acionária e, **inclusive também**, do documento do departamento financeiro que autorizou o primeiro pagamento de R\$7.000.000,00 com cópia do respectivo cheque;

Informar ainda como e por quem foi concedida autorização, a qual título e qual o instrumento jurídico que possibilitou às adiantamentos efetuados pela Copel para a ELEJOR, na 2ª quinzena de dezembro/2003 e na 2ª quinzena de janeiro/2004, nos valores de 17 milhões e 24 milhões, untando fotocópia, frente e verso, dos respectivos cheques.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(aa) ELIO RUSCH, FERNANDO RIBAS CARLI, DURVAL AMARAL, LUIZ CARLOS MARTINS, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES e VALDIR ROS-SONI

REQUERIMENTO Nº 556

Senhor Presidente:

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, ao Presidente deste Poder Legislativo, Deputado Hermas Brandão, oficiar aos veículos de comunicação a seguir arrolados, pedindo seja informado a esta Assembléia qual o solicitante das publicações “a pedido” que transcreveram a matéria divulgada no jornal Folha de Londrina, no dia 9 último, cópia anexa, além de informar também qual o valor pago ou a ser pago pela referida publicação e o responsável por tal pagamento, juntando cópia da respectiva nova fiscal.

Jornais: Agora Paraná, Diário do Norte do Paraná, Estado do Paraná, Diário Popular e Folha de Imprensa.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) DURVAL AMARAL

REQUERIMENTO Nº 558

Senhor Presidente:

O Deputado estadual Tadeu Veneri, no uso de suas prerrogativas, REQUER, à Mesa, na forma do inciso IV do artigo 18 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná e da Constituição Estadual, o envio de expediente ao Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná solicitando as seguintes informações a respeito da situação financeira do Estado do Paraná

- Receita Corrente Líquida total nos meses de janeiro e fevereiro de 2004;

- Total dos gastos com pessoal de acordo com os parâmetros e critérios da Lei de Responsabilidade Fiscal - Lei Complementar 101/2000. Especificar valores nominais e percentuais;

- Projeções de gastos com pessoal para os meses de março a dezembro de 2004.

Especificar valores nominais e percentuais em cada um dos meses do referido período.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) TADEU VENERI

JUSTIFICATIVA:

O pedido fundamenta-se no inciso XXXIII do artigo 5º da Constituição Federal, na Constituição Estadual do Paraná e no Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Paraná.

Fundamenta-se principalmente no artigo 55 e artigo 90 inciso V, ambos da Constituição Estadual do Paraná.

Solicitar informações é uma prerrogativa do Deputado Estadual e importante instrumento de acompanhamento e fiscalização dos atos do Poder Executivo e Legislativo Estadual.

Os recentes debates sobre o Plano de Cargos, Carreiras e Salários dos Professores Estaduais trouxeram a público os debates sobre a saúde financeira do Estado do Paraná.

Para melhor subsidiar os debates que virão, se fazem necessários os dados requeridos.

REQUERIMENTO Nº 552

Senhor Presidente:

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições legais e regimentais, REQUEREM, após ouvido o duto Plenário, a transcrição nos anais desta Casa de Leis, da matéria de abertura da coluna do Jornalista Fábio Campana, no jornal Gazeta do Povo do dia 7 de abril último, cópia em anexo, em face das prisões ocorridas na véspera e cinematograficamente noticiadas.

Justifica-se o presente requerimento para efeito de enaltecer as solidárias e também solitárias palavras do jornalista, que dentro de uma análise equilibrada e sensata, defende o direito constitucional básico de todo ser humano de ir e vir livremente e o também elementar direito constitucional a um devido processo legal. Insurgiu-se ele contra a arbitrariedade, contra o abuso do poder, contra os excessos no cumprimento do dever.

Em tempo de caça às bruxas, levantou o jornalista a voz da lucidez, da cautela, da temperança e do bom senso, na defesa do Estado de Direito que todos nós, cidadãos deste Paraná, deste país ou de qualquer outro, merecemos.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(aa) DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS E FERNANDO RIBAS CARLI.

Projetos de Resolução:**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 005/2004**

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

R E S O L V E :

Art. 1º - O artigo 30 do Regimento Interno da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná passa a vigorar acrescido do seguinte inciso XIX:

“Art. 30 -

XIX - Comissão de Legislação Participativa, que compete manifestar-se sobre:

a) Dar encaminhamento às sugestões de proposições encaminhadas por entidades da sociedade civil, como sindicatos, órgãos de classe, associações e organizações não-governamentais, exceto partidos políticos e organismos internacionais.

b) Pareceres técnicos, exposições e propostas oriundas de entidades científicas e culturais e de qualquer das entidades mencionadas na alínea “a”.

c) As sugestões de iniciativa legislativa que, observado o disposto no parágrafo 2º do artigo 118, receberem parecer favorável da Comissão de Legislação Participativa, serão transformadas em proposição legislativa de sua iniciativa, que será encaminhada à Mesa para tramitação.

d) Não podem ser apresentadas sugestões de Proposta de Emendas Constitucionais, nem de requerimento

de criação de Comissões Parlamentares de Inquérito, nem de criação de Comissões Parlamentares de Inquérito, nem de Proposta de Fiscalização e Controle.

e) Aplicam-se à apreciação das sugestões pela Comissão e Legislação Participativa, no que couber, as disposições regimentais relativas ao trâmite dos projetos de lei nas comissões.”

Art. 2º - Esta resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) CARLOS SIMÕES

JUSTIFICATIVA:

A criação da Comissão de Legislação Participativa surge da necessidade de se criar um canal direto com a sociedade civil organizada. O nosso sistema de representativo democrático nem sempre possibilita que determinados temas sejam trazidos ao parlamento da forma como a sociedade gostaria de apresentá-lo por razões técnicas e operacionais. A forma de participação popular garantida em nossa Carta Magna, será como um portal de acesso da sociedade paranaense na Comissão de Legislação Participativa. Queremos, com isso, possibilitar ao cidadão de nosso Estado a possibilidade de usufruir de mais uma forma de produção de normas que integram o ordenamento jurídico do nosso Estado. Seria mais um canal de homens e mulheres, representados pelos Deputados Estaduais, a levar diretamente ao parlamento sua percepção dos problemas, demandas e necessidades da vida real e cotidiana.

A proposta da criação da CLP, foi inspirada em iniciativa já consolidada na Câmara Federal e visa fortalecer a participação da sociedade encurtando a distância entre representantes e representados.

Projetos de Lei:

PROJETO DE LEI Nº 115/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres do Estado do Paraná ficam obrigados a realizar, gratuitamente, exame de diagnóstico clínico de catarata congênita em todas as crianças nascidas em suas dependências, através da técnica conhecida como “reflexo vermelho”.

Parágrafo Único - O exame a que se refere o *caput* deste artigo será realizado segundo a orientação técnica do pediatra responsável pela respectiva unidade de saúde.

Art. 2º - Os resultados positivos de catarata congênita em recém-nascidos serão encaminhados para cirurgia, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar da data do resultado do exame.

Parágrafo Único - As maternidades e os estabelecimentos hospitalares congêneres que não dispuserem de estrutura cirúrgica deverão encaminhar os casos positivos à unidade estadual de saúde dotada de capacitação técnica e pessoal adequado:

Art. 3º - O Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 60 (sessenta) dias a contar de sua publicação.

Art. 4º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) JOCELITO CANTO

JUSTIFICATIVA:

Sendo uma das principais causas da cegueira infantil no mundo hoje, a catarata congênita merece atenção especial. A catarata é como qualquer perda de transparência do cristalino que diminua a acuidade visual. Esta alteração do cristalino pode ser causada por doenças infecciosas intra-uterinas como rubéola, toxoplasmose, citomegalovírus e sífilis, alterações genéticas, além de outras enfermidades.

Mundialmente, a catarata congênita tem uma incidência de 0,4% ou 1 caso para cada 250 neonatos e no Brasil, este tipo de catarata tem uma incidência de 5,5 ou 12% dos neonatos.

O sintoma inicial da catarata congênita é a perda progressiva da acuidade visual, podendo chegar à cegueira total por evolução na opacificação do cristalino. Seu diagnóstico é difícil e costuma passar despercebido, pois o exame raramente é realizado em neonatos.

O tratamento da catarata congênita deve ser o mais precoce possível e no caso de catarata parcial ou total a solução é cirúrgica, devendo ocorrer, no máximo, antes de 12 semanas de vida.

Assim sendo, o presente projeto de lei tem por objetivo garantir que no Paraná, como já ocorre em São Paulo e Rio de Janeiro, o diagnóstico seja feito o mais prontamente possível, assegurando assim um tratamento mais eficiente que proporcionará saúde visual para nossas crianças. Para tanto, pedimos o apoio dos nobres Deputados desta Casa à nossa proposição.

PROJETO DE LEI Nº 116/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica concedido a todas as servidoras públicas do Estado do Paraná, às empregadas da iniciativa privada, bem como às trabalhadoras domésticas, o direito a uma folga anual para realização de exames de controle do câncer de mama e do colo do útero.

Parágrafo Único - O direito à folga anual de que trata o *caput* será concedido às empregadas da iniciativa

privada e às trabalhadoras domésticas após o término do período experimental.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O câncer de mama é provavelmente o mais temido pelas mulheres devido à sua alta frequência e, sobretudo pelos seus efeitos psicológicos, que afetam a percepção de sexualidade e a própria imagem pessoal. Ele é relativamente raro antes dos 35 anos de idade, mas acima desta faixa etária sua incidência cresce rápida e progressivamente.

Este tipo de câncer representa, nos países ocidentais, uma das principais causas de morte em mulheres. As estatísticas indicam o aumento de sua frequência tanto nos países desenvolvidos quanto nos países em desenvolvimento. Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS), nas décadas de 60 e 70 registrou-se um aumento de 10 vezes em suas taxas de incidência ajustada por idade em diversos continentes.

Tem-se documentado também o aumento no risco de mulheres migrantes de áreas de baixo risco para áreas de risco alto. Nos Estados Unidos, a Sociedade Americana de Cancerologia indica que 1 em cada 10 mulheres tem a probabilidade de desenvolver um câncer de mama durante a sua vida.

No Brasil, o câncer de mama é o que mais causa mortes entre as mulheres. Em 1999, foram registradas 8.104 mortes decorrentes deste tipo de câncer. Dos 337.535 novos casos de câncer com previsão de serem diagnosticados em 2002, o câncer de mama será o principal a atingir a população feminina, sendo responsável por 36.090 novos casos.

As células dos diversos órgãos do nosso corpo estão constantemente se reproduzindo, isto, é, uma célula adulta divide-se em duas, e por este processo, chamado mitose, vai havendo o crescimento e a renovação das células durante anos. A mitose é realizada controladamente dentro das necessidades do organismo. Porém, em determinadas ocasiões e por razões ainda desconhecidas, certas células reproduzem-se com uma velocidade maior, desencadeando o aparecimento de massas celulares denominadas neoplasias ou, mais comumente, tumores.

Nas neoplasias malignas o crescimento é mais rápido, desordenado e infiltrativo. As células não guardam semelhança com as que lhes deram origem e têm a capacidade de se desenvolver em outras partes do corpo, fenômeno este denominado metástase, que é a característica principal dos tumores malignos.

O câncer de mama geralmente se apresenta como um nódulo na mama. As primeiras metástases comumente aparecem nos gânglios linfáticos das axilas. Os ossos, fígado, pulmão e cérebro são outros órgãos que podem apresentar metástase de câncer de mama. Calcula-

se em seis a oito anos o período necessário para que um nódulo atinja um centímetro de diâmetro. Esta lenta evolução possibilita a descoberta ainda cedo destas lesões, se as mamas são, periodicamente, examinadas.

Número de Casos

Entre as mulheres, o câncer de mama ocupa o primeiro lugar em incidência nas regiões Nordeste, Sul e Sudeste, sendo responsável, respectivamente, por 22,84%, 24,14% e 23,83% dos novos diagnósticos de neoplasia realizados em mulheres. Nas regiões Norte e Centro-Oeste ele é superado pelo câncer de colo uterino, mesmo assim, espera-se que o câncer de mama seja responsável por 16,03% e 14,54% dos diagnósticos de neoplasia realizados em mulheres.

Número de Óbitos

Existe, porém, uma nítida diferença regional nos índices de mortalidade, semelhante àquela verificada para a incidência: nas regiões Norte e Centro-Oeste o câncer do colo do útero ainda é a principal causa de morte entre as mulheres.

Um dos fatores que contribuem para esta alta mortalidade é o avançado estágio da doença no momento em que as mulheres são submetidas ao primeiro tratamento. Em geral 50% dos casos são diagnosticados em estágios avançados (III e IV).

As formas mais eficazes para detecção precoce do câncer de mama são os exame clínico e a mamografia.

O rastreamento do câncer de mama feito pela mamografia, com periodicidade de uma a três anos, reduz significativamente a mortalidade em mulheres de 50 a 70 anos. Nas mulheres com menos de 50 anos, existe pouca evidência deste benefício. O Instituto Nacional de Câncer recomenda que o Exame Clínico das Mamas (ECM) seja realizado a cada três anos pelas mulheres com menos de 35 anos, a cada dois anos pelas mulheres entre 35 e 39 anos, e anualmente pelas mulheres entre 40 e 49 anos. As mulheres na faixa etária entre 50 e 70 anos devem submeter-se ao exame anual ou semestralmente, sendo a mamografia indicada em casos suspeitos e de alto risco.

PROJETO DE LEI Nº 117/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam todos os locais que tenham atividades culturais, esportivas e de lazer em geral, obrigados a conceder o desconto de 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para os idosos.

Parágrafo Único - Para os efeitos desta lei consideram-se idosos, as pessoas com idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos conforme determinado pelo artigo 1º da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 Estatuto do Idoso.

Art. 2º - O idoso tem direito à educação, cultural, esporte, lazer, diversões, espetaculares, que respeitem sua peculiar condição de idade, bem como o acesso preferen-

cial dos respectivos locais, com vista ao cumprimento das disposições do artigo 23 da Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso.

Art. 3º - Caberá ao Poder Executivo a fiscalização e cumprimento desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) MAURO MORAES

JUSTIFICATIVA:

O Brasil apresenta grandes disparidades econômicas e sociais. As iniquidades sociais que se expressam, dentre outras formas, na má distribuições de renda, também estão presentes na distribuição geográfica da população. Existem áreas com boa estrutura de serviços, que se concentram os mais ricos, onde segmentos sociais desfrutam de facilidades e serviços típicos dos países desenvolvidos. Por outro lado, há locais que obrigam uma enorme concentração de miséria quase absoluta, áreas tão miseráveis quanto aquelas dos países pobres. Neles as pessoas convivem com a carência de serviços essenciais, como saneamento básico, transportes, assistência médica educação, entre outros.

A necessidade de criação de leis é fundamental para a garantia de prioridade para os idosos, como estipulado na Lei nº 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso - que define: “Artigo 3º - É obrigação da família, da comunidade, da sociedade e do Poder Público assegurar ao idoso, com absoluta prioridade, a efetivação do direito à vida, à saúde, à alimentação, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária”.

Além de proporcionar o aprimoramento de normas técnicas a serem respeitadas pelos locais que tenham, ensinarão, igualmente, o cumprimento das disposições da Lei 10.741 de 1º de outubro de 2003 - Estatuto do Idoso:

“Art. 23 - A participação dos idosos em atividades culturais e de lazer será proporcionada mediante descontos de pelo menos 50% (cinquenta por cento) nos ingressos para eventos artísticos, culturais, esportivos e de lazer, bem como o acesso preferencial aos respectivos locais.”

PROJETO DE LEI Nº 118/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica estabelecido como funções gratificadas no quadro da Polícia Civil, os cargos de Delegado Titular, Superintendente, Escrivães Chefes de Cartório, Secretários e Chefes de Seções das Delegacias, Divisões Policiais, Delegacias Especializadas e Subdivisões Policiais.

Art. 2º - Aos Delegados Titulares, além das atribuições do cargo, compete, dirigir, coordenar, fiscalizar e distribuir todos os serviços que lhes estão afetos.

Art. 3º - Aos Superintendentes, além das atribuições do cargo, compete, dirigir, coordenar, fiscalizar e distribuir todos os serviços de manutenção e produção dos trabalhos de investigação.

Art. 4º - Aos Escrivães-Chefes de Cartórios, além das atribuições gerais do cargo, compete, dirigir, coordenar, fiscalizar e distribuir todos os serviços que estão afetos aos respectivos cartórios.

Art. 5º - Aos Secretários e Chefes de Seção, além das atribuições gerais do cargo, compete, dirigir, coordenar, fiscalizar e distribuir todos os serviços que lhes estão afetos.

Parágrafo Único - As atribuições constantes nesta lei, deverão ser exercidas, conforme as especificações consignadas no respectivo Estatuto da Polícia Civil.

Art. 6º - Fica estabelecido a título de gratificação pela função de chefia exercida, o equivalente a 20% (vinte por cento) do salário-base do servidor.

Art. 7º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão à conta de dotação orçamentária própria.

Art. 8º - Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 9º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) DELEGADO BRADOCK

JUSTIFICATIVA:

Atualmente as funções gratificadas são estabelecidas mediante decretos governamentais, e que de toda sorte, criam, extinguem, estabelecem valores, de forma indiscriminada e sem analisar a realidade dos servidores que realmente exercem as funções de chefia.

Ocorre que, atualmente existem aproximadamente 80 (oitenta) tipos de diferentes de cargos de chefia, os quais por sua vez, recebem os mais diferentes valores a título de gratificação, salientando-se no entanto, que alguns poucos são valores altos de simbologia 2-C, mas em sua maioria os valores não representam praticamente nada, sendo o mais alto em torno de R\$12,57 (doze reais e cinquenta e sete centavos). Trata-se do símbolo 1-F, vale dizer, a título de exemplo que o Delegado Chefe do COPE - Centro de Operações Especiais, cargo de tão elevada responsabilidade é agraciado com o valor irrisório mencionado no símbolo 1-F.

Ora, a função do legislador nada mais é que olhar para a realidade e dispor seu conhecimento exercendo o seu mandato a fim de atender aos ditames da lei e, sobre-

tudo as necessidades da comunidade. Neste sentido, não se pode sustentar uma boa qualidade de segurança sem que sejam analisadas as questões salariais, mas também as gratificações pagas que atualmente não correspondem à realidade.

Quanto ao impacto financeiro, resta-nos analisar que já existem, desde 1962, aproximadamente 24 Decretos, 03 Resoluções e Leis Complementares que regulamentam o assunto. Ademais, encontra-se devidamente amparado pela Lei Orçamentária anual que planificou os possíveis gastos do Estado para o exercício corrente, que correrão à conta de dotação orçamentária própria, não se está criando despesas para o Estado.

Resta-nos ainda salientar que não se está criando novos cargos, pois o Decreto nº 5025 de 26.05.1978 já estabelece a existência das funções gratificadas, mas somente está-se tentando adaptar o Decreto que já se encontra com 25 anos, estando fora da realidade e defasado, carente de regulamentação.

Da mesma forma, não se está criando ou aumentando remuneração, mas sim, estabelecendo valores a título de gratificação, que não incorpora ao salário, mas tem vínculo direto com atividade exercida momentaneamente pelo funcionário público, policial civil, que está desempenhando alguma função de chefia.

Desta forma justifica-se o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI Nº 119/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Ficam isentos do pagamento da tarifa de transporte os portadores de doenças renais crônicas e pacientes de hemodiálise nas linhas intermunicipais administradas pelo Departamento Estadual de Rodagem - DER.

Art. 2º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) LUIZ ACCORSI

JUSTIFICATIVA:

É papel do Estado a prestação de assistência à saúde em todos os seus aspectos. Logo, o amparo aos doentes renais com subsídios merece destaque nessa área de sua atuação.

Tendo em vista os argumentos apresentados, solicita-se o apoio e sugestões dos demais Deputados.

PROJETO DE LEI Nº 120/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Casa do Pequenino - CAPE, com sede e foro no Município de Londrina, no Estado do Paraná.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data da sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) JOSÉ MARIA FERREIRA

JUSTIFICATIVA:

A Casa do Pequenino, fundada em 27 de setembro de 1987 no Município de Londrina, é uma associação civil sem fins lucrativos. Tem como finalidade o auxílio à criança de 00 a 18 anos de idade, educando-as e orientando-a de acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Tem como objetivo acolher, amparar, educar e preparar, gratuitamente, em caráter de abrigo, a criança órfã, a abandonada e a carente, de ambos os sexos, de modo a torná-la útil a si própria, à sociedade e ao País; atender crianças e adolescentes de 00 a 18 anos de idade em situação de risco pessoal e social em seus aspectos físicos, psicopedagógicos e social; realizar atividades lúdico-pedagógica, recreativa, educativas e esportivas visando o desenvolvimento da criança e adolescentes, bem como sua integração com o corpo de funcionários, demais atendidos e comunidade; atuar junto às famílias no sentido de resgatar os vínculos familiares e condições de retorno ao seu convívio; proporcionar o envolvimento dos abrigados em atividades comunitárias que contribuam para uma vivência coletiva; entre outras atividades de caráter educacional e de integração social.

Durante o ano de 2003 atendeu cerca de 38 crianças de 00 a 18 anos em regime de internato permanente; foram atendidas 10 famílias com cestas-básicas por mês; foram realizadas oficinas de artesanato para membros da comunidade, entre outras atividades de caráter social, educacional e caritativo para arrecadação de fundos para a construção do Centro de Educação Infantil Josefina da Cruz, que será mantido pela Casa do Pequenino.

A entidade é mantida exclusivamente com a doação de voluntários e das promoções realizadas pela instituição, necessitando dessa forma da declaração de Utilidade Pública para buscar recursos públicos com o intuito de melhor atender às famílias e crianças carentes.

PROJETO DE LEI Nº 121/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica alterado o artigo 1º da Lei nº 12.357, de 08 de dezembro de 1998, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Associação Beneficente Curitibana - ABC, com sede e foro nesta Capital.”

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) HERMAS BRANDÃO

JUSTIFICATIVA:

Tal propositura objetiva receber o apoio dos nobres Pares desta egrégia Casa de Leis, pois é uma entidade de assistência social, filantrópica, sem fins lucrativos, totalmente gratuita, que atende pessoas carentes em Curitiba e Região Metropolitana conforme consta nos anexos; e com a presente, pretende apenas informar a mudança de denominação, sendo anteriormente denominada Associação de Educação e Assistência Social Batista do Bacacheri - AEASBB; permanecendo o mesmo CNPJ, mesmo registro nº 13.366 do Cartório do 1º Ofício de Registro de Títulos e demais documentos.

PROJETO DE LEI Nº 122/2004

A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica declarada de Utilidade Pública a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, com sede e foro no Município de Rio Branco do Sul.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Sessões, em 13.04.2004.

(a) VANDERLEI IENSEN

JUSTIFICATIVA:

A Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul, é uma entidade sem fins lucrativos, que tem como seus objetivos: a prestação de assistência à saúde, a promoção do bem-estar físico, psíquico e social às pessoas que dela necessitam. É uma entidade que realiza um extraordinário trabalho na área da saúde com quase 6000 atendimentos médicos, com vários profissionais na área de dermatologia, fonoaudiologia, fisioterapia, ginecologia, ortopedia, pediatria, urologia, neurologia, vascular, oftalmologia e clínica geral.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares desta augusta Casa de Leis, para a aprovação do projeto de lei que declara de Utilidade Pública estadual a Sociedade Beneficente Santo Antonio de Rio Branco do Sul.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Encerrada a leitura do expediente.

A SRA. CIDA BORGHETTI (**Pela Ordem**)

Gostaria de registrar aos nobres Deputados e Deputadas desta Casa um grande companheiro do nosso Partido, aqui de Curitiba, o Buba, do Big Brother, que

veio nos visitar, conhecer a Casa, visitar a Presidência e os demais Deputados.

Está aqui o Buba, na nossa tribuna.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI (**Pela Ordem**)

Também queria aproveitar para anunciar a presença de toda a diretoria da Associação Paranaense dos Pacientes Portadores da Doença de Parkinson e do seu Presidente, Sr. Jorge Magno Lima, que está aqui para acompanhar esta Sessão.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao primeiro orador inscrito, Sr. Deputado Elton Welter.

O SR. DEPUTADO ELTON CARLOS WELTER

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje o cientista e pesquisador Jeffrey Smith, que publicou e editou o livro "Sementes da Decepção", esteve palestrando à UFPR e há pouco almoçou com o Governador Roberto Requião. Ele pesquisou e estudou a questão da transgenia. É um americano, e denuncia, claramente, que já no ano de 92 o FDA e os cientistas que assessoravam o FDA, que é um órgão que controla a questão dos alimentos naquele país, apontaram para o governo que na questão da transgenia deveria ser adotado o princípio da precaução, e que todos os estudos apontavam, de acordo com Jeffrey Smith, que não se liberasse a questão da transgenia naquele país.

Esse pesquisador esteve no dia de ontem, em Porto Alegre, esteve há uns dois meses atrás ou mais no Congresso Nacional, na Comissão de Biossegurança. Está hoje aqui, no Estado do Paraná e denuncia claramente isso: a comunidade científica americana na época, antes de liberar, pedia providências e precaução à questão da transgenia. Ele denuncia: 58% das pessoas, naquele país, não sabem que estão consumindo transgenia. E, coincidência ou não, depois que foi liberado para os alimentos, segundo o cientista, aumentou, triplicou o número de pessoas que têm alergia, por exemplo. Também denuncia que ele mesmo fazia os questionamentos que fazemos, aqui, nesta tribuna, quando aprovamos a proibição: ele dizia que os americanos não são tão generosos conosco. Em primeiro lugar, porque estão perdendo espaço no mercado e nós, ganhando espaço no mercado. E ele pergunta: Por que nós vamos pagar alta taxa tecnológica para essa soja, se estamos sendo mais competitivos do que eles? E ele também colocou: porque eles dão tantos subsídios para os seus agricultores? Porque eles perderam a competitividade e nós estamos sendo absolutamente competitivos.

Isso ficou muito claro na palestra que esse americano fez. Está tudo denunciado nesse livro do Jeffrey Smith. Ele está à disposição da Bancada do PT, aqui na Assembléia Legislativa. É importante fazer isso, porque não é uma denúncia do Deputado Welter ou de algum outro, são apontamentos científicos e técnicos, onde a

comunidade científica americana orientava o governo para não liberar.

O que eles querem é o domínio do mercado do controle das sementes e também da comida, e tirar espaço no mercado internacional, a médio e longo prazo, do povo brasileiro, da agricultura nacional, do agro-negócio, e isso tem que ser levantado e questionado. Haverá toda uma ação internacional, no sentido de clarear para o conjunto dos consumidores do mundo todo, dessas questões, desses pesquisadores, que muitos têm que ficar calados. Aqueles que se expuseram naquele Estado foram isolados, porque atendem a uma política de interesse de transnacionais, que só têm como objetivo o lucro e esquecem que a vida das pessoas, os possíveis riscos à saúde humana, não estão em detrimento da vontade dos lucros e transnacionais.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Deputado Elio Rusch.

O SR. ELIO RUSCH

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Os Deputados Durval Amaral, Luiz Carlos Martins, Valdir Rossoni e eu, no dia 15 de março, apresentamos um requerimento solicitando informações do Governador do Estado do Paraná, em relação ao Porto de Paranaguá. Que ele informasse à Casa, qual a legislação que fundamenta a proibição do embarque de soja transgênica no porto do Estado do Paraná, ou, mais precisamente, em Paranaguá.

Para surpresa nossa, Sr. Presidente, Srs. Deputados, recebemos a resposta assinada pelo Chefe da Casa Civil, Deputado Caíto Quintana, dando contas de uma correspondência ou de um memorando, que a APPA enviou à Casa Civil.

Para que eu não faça nenhuma injustiça, gostaria de ler na íntegra a resposta que foi enviada a esta Casa de Leis, em relação ao pedido de informação. Alguém dentro do Porto mandou para o Superintendente, que posteriormente mandou para o Chefe da Casa Civil.

(Lê):

“Senhor Superintendente:

O ilustre Chefe da Casa Civil, em despacho datado de 16 do corrente mês, solicita à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, o encaminhamento de informações acerca da legislação ‘que fundamenta a proibição do embarque de soja transgênica nos portos do Estado do Paraná’.

Na realidade, o requerimento aprovado, solicita ‘ao Sr. Governador Roberto Requião informar qual a legislação que fundamenta a proibição do embarque de soja transgênica nos portos...’ como expressamente consta do referido requerimento.

Assim, a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina deve prestar informações nos limites de sua competência, para, se possível, coadjuvar o Exmo. Sr. Governador do Estado do Paraná.

A Lei Federal nº 8630, de 25 de fevereiro de 1993, que ‘dispõe sobre o regime jurídico da exploração dos portos organizados e das instalações portuárias e dá outras providências’ estabelece, no artigo 33, parágrafo 1º, inciso VII, que compete à Administração do Porto ‘fiscalizar as operações portuárias, zelando para que os serviços se realizem com regularidade, eficiência, segurança e respeito ao meio ambiente’. (grifei).

O entendimento legal do que seja ‘meio ambiente’ extrai-se da Lei Federal nº 6938, de 31 de julho de 1981, que através do artigo 3º, inciso 1º, o define: Meio Ambiente: conjunto de condições de leis e influências, interações de ordem física, química, biológica que permite, abriga e rege a vida de todas as suas formas.

Vale ainda recordar o conteúdo do artigo 2º, inciso I da lei em exame. Prescrevem:

“Art. 2º - A Política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento sócio-econômico, aos interesses da segurança nacional e proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

I - Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo.”

Noto, o inciso I acima reproduzido, determina que se considere o meio ambiente como patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido para o uso coletivo.

Todas as regras legais aqui reproduzidas, têm o amparo da norma inserta no artigo 225, parágrafo e incisos da Constituição Federal, dando especial atenção ao inciso V, posto que trata especificamente da “incumbência ao Poder Público” de “controlar a produção, a comercialização e o emprego de técnicas, métodos e substâncias que comportem risco para a vida, a qualidade de vida e o meio ambiente”.

De modo que, em meu entendimento, deve ser informado ao Exmo. Sr. Chefe da Casa Civil que, no âmbito do porto organizado, ou melhor, na área compreendida pelas instalações portuárias, quais sejam, ancoradouros, docas, cais, pontes e piers de atracação e acostagem, terrenos, armazéns, edificações e vias de circulação interna, bem como pela infra-estrutura de proteção e acesso aquaviário ao porto tais como guias-correntes, quebra-mares, eclusas, canais, bacias de evolução e áreas de fundeio, que devam ser mantidas pela Administração do Porto” (artigo 1º, parágrafo 1º, inciso IV da Lei nº 8.630/2003), a Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina atua na estrita legalidade, respeitando as normas acima lembradas, bem como todas as demais que incidem nas atividades desenvolvidas.

É o que me parece.

Paranaguá, 18.03.2004.

(a) MAURO JOÃO SALES DE A. MARANHÃO

PROJUR”

Ora, Sr. Presidente! Diria que ele é tudo isso, mas considero lido, quero que as notas taquigráficas incluam na Ordem do Dia da Sessão de hoje o inteiro teor, porque meu tempo está expirando.

Diante dessa resposta, vazia, que a Assembléia Legislativa recebe, nós estamos reapresentado no dia de hoje o requerimento, com mais fundamento. Nós queremos saber objetivamente qual é a lei que o Porto de Paranaguá se além para proibir o embarque de soja transgênica. Isso que foi respondido não diz absolutamente nada. E tem mais, quando ele termina o seu parecer, diz o seguinte: “É o que me parece - Paranaguá 18/03/2004”.

Ora! Não é dessa forma que a Assembléia Legislativa deve receber as respostas dos pedidos de informações! Se não bastasse, o Deputado Neivo Beraldin que é Presidente da Comissão de Fiscalização, realizou no último dia 02 uma audiência pública aqui na Assembléia Legislativa. Todas as autoridades portuárias do Brasil estiveram presentes, e foi unânime, nenhuma autoridade tem concordado com os destinos que a Administração dos Portos está encarando a administração desse local.

E, se não bastasse, ainda, devo registrar na Sessão de hoje, que o Deputado Ricardo Barros, que foi Prefeito, Deputado Federal, brilhante político do Estado do Paraná tem apresentado lá no Congresso Nacional um decreto legislativo que já está protocolado e deve colher assinaturas pedindo a intervenção no Porto de Paranaguá.

Diz na Súmula: “Susta o Convênio da Delegação nº 37 de 2001, celebrando entre a União por intermédio do Ministério dos Transportes e o Estado do Paraná, para exploração dos Portos de Paranaguá e Antonina e assim segue sucessivamente todo o decreto legislativo.

Nós esperamos, sim, que o Congresso aprove o mais rápido possível a intervenção, Deputado José Maria pede por 90 dias, para que o Governo Federal possa sentir o que está acontecendo no Porto de Paraanguá. Não é possível que o Porto de Paranaguá, que o Brasil caia no descrédito do mercado internacional, diante de medidas adotadas pela Administração do Porto de Paranaguá. Não só os transgênicos, são todos os produtos; é uma reclamação generalizada. E a Assembléia Legislativa não ficou alheia a isso, não! E não pode ficar, como o Congresso Nacional também não está, alheio. Manifesta-se através do Deputado do Estado do Paraná, como o PFL se manifestou lá no Supremo, quando pedimos aqui a inconstitucionalidade da lei que a Assembléia aprovou e foi aceita; a lei foi julgada inconstitucional.

Obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Concedo a palavra ao Sr. Deputado Plauto Miró Guimarães.

O SR. PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Com muita tristeza venho à tribuna hoje para registrar mais um crime na nossa Cidade de Ponta de Grossa, que foi realizado ontem, por bandidos que executaram, à plena luz do dia, um taxista. O Sr. Jeferson fazia uma corrida, e, quando chegou no destino, um posto próximo da Cidade de Ponta Grossa, dispararam um tiro contra ele, que foi transportado ao Hospital Bom Jesus e horas depois veio a falecer.

Isso comprova aquilo que tenho falado na tribuna desta Casa. A violência da nossa Cidade cresce diariamente. As investigações que estão sendo feitas pelo Delegado de Ponta Grossa, Dr. Homero Vieira Neto, deixa claro que, provavelmente, as pessoas que executaram esse taxista estão envolvidas no crime da Cidade e, em especial, com o narcotráfico.

Então, aquilo que temos cobrado, alertado, falado dia-a-dia, se comprova, e no dia de ontem, com a execução desse taxista, revoltou a nossa cidade de Ponta Grossa.

Os problemas são sérios. Temos em Ponta Grossa uma polícia desestruturada, com falta de contingente. Temos o caos instalado. Semanalmente crescem os índices de criminalidade, que nesse último ano foi significativo. Não vou deixar de citar semanalmente os problemas que a nossa política enfrenta em Ponta Grossa. É problema de estrutura, de equipamentos, de pessoas. E não aceitamos mais que, já há um ano e meio de governo, do Sr. Roberto Requião de Mello e Silva, até agora de concreto nada na Segurança Pública do nosso Estado.

Governador, nós paranaenses, queremos uma ação imediata, concreta, voltada para o confronto da criminalidade no nosso Estado do Paraná. Não aceitamos! Não aceito, falo em nome dos moradores dos Campos Gerais! Espero que as autoridades competentes ajam! Chega de conversa! A promessa é muita e a ação é nenhuma! Espero que se resolva e busque as alternativas para que os problemas da criminalidade venham a ser enfrentados pelo Poder Público do Paraná!

Quero aproveitar esta oportunidade e fazer uma consulta com a Mesa Executiva desta Casa, ao Deputado Hermas Brandão, sobre a CPI do Porto de Paranaguá. Temos visto declarações do Governador e trago um dos jornais aqui na tribuna, hoje, onde ele deixou claro que: “a CPI do Porto de Paranaguá é uma CPI fria”, desqualificando a CPI, os seus membros, e ao mesmo tempo, trazendo à tona uma ação contrária a essa CPI, como um todo ao Porto de Paranaguá.

Temos o número necessário de Deputados apoiando essa CPI. Ela já foi publicada no Diário da Assembléia. Queremos saber, quando ela será instalada pela Mesa Executiva da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná?

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero responder à Questão de Ordem de V. Exa.. Já recebemos o parecer do Departamento Jurídico da

Casa, onde menciona que após publicada, não se pode retirar assinaturas.

Vou determinar nos próximos dias para que seja instalada a CPI. Até já fiz um apelo ao Deputado Antonio Anibelli, Líder do PMDB, para que indique os seus membros.

No Grande Expediente, com a palavra o Sr. Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, imprensa aqui presente, nossos convidados.

O que nos traz à tribuna, hoje, são as denúncias que atingem pessoas ligadas aos Poderes Executivo, Legislativo, Tribunal de Contas e até os Tribunais de Justiça do Brasil, Juízes, Promotores, pessoas ligadas ao Governo. Hoje, quero comentar sobre esse tipo de acusação que, muitas vezes, é feita com a intenção clara e eleitor-eira de machucar e ferir pessoas que estão trabalhando em benefício do povo.

Na semana que passou, o Juiz da 4ª Vara de Ponta Grossa, Dr. Magnus, emitiu uma sentença e no jornal diz o seguinte: “Juiz vê armação contra Jocelito. Justiça considera improcedente denúncia de superfaturamento na compra de imóvel para o INSS e acusa membros do Partido dos Trabalhadores, do PT”. O ex-Presidente da Câmara, Jeverson Tramontin Silveira, é acusado de ser o autor da armação, juntamente com seus colegas de Partido, com a intenção clara de prejudicar a nossa candidatura a Prefeito no ano 2000. É isso que nos chama a atenção, hoje, Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Naquele ano de 1997, como Prefeito de Ponta Grossa, constatei que estávamos sem a CND do INSS e precisávamos regularizar a situação da Prefeitura com a Previdência e para isso éramos obrigados a pagar uma conta que não foi feita por nós, mas todo Prefeito que sucede outro deve pagar as dívidas correspondentes à Prefeitura. Nós iniciamos em 97 e terminamos em 99 o pagamento de parte de uma dívida que a Prefeitura de Ponta Grossa tinha para com o INSS e, para isso, fomos obrigados a fazer um acordo na compra de um terreno que era de interesse do INSS para construção da sua sede própria. Conseguimos comprar um terreno que a família não queria vender e compramos com a intenção clara de pagar uma dívida antiga da Prefeitura do tempo do ex-Prefeito, Luiz Carlos Zuk, que foi, inclusive, colega nosso nesta Casa, uma conta lá de trás. Havia um precatório e a Prefeitura deveria pagar.

Fizemos o pagamento e, graças a ele, a esse acordo com o INSS, conseguimos trazer as maiores indústrias da história de Ponta Grossa nos últimos vinte anos, conseguimos liberar os terrenos que por sua vez foram entregues às empresas que estão gerando tributos, empregos e estão melhorando a qualidade de vida da população de Ponta Grossa, mas, lamentavelmente, no período da eleição, um pouco antes, os companheiros do então Presidente da Câmara, Jeverson Tramontin, do PT,

foram ao Tribunal, arrumaram um engenheiro do próprio Partido, filiado ao PT, e forjaram um laudo dizendo que havia um superfaturamento por nossa conta e, em cima disso, ingressaram no Ministério Público, que abriu uma ação contra nós, que nos colocou na condição de sermos chamados para esclarecer a compra daquele terreno.

Mais tarde o Ministério Público fez uma ação contra a Prefeitura, contra a minha pessoa, dizendo que havia um superfaturamento baseado nos laudos apresentados pelos engenheiros do PT. Depois, no transcorrer do processo, o Juiz, após ouvir uma das testemunhas, a Engenheira que fez o laudo, diante do Juiz, diante da verdade, contou que não tinha sido ela quem fez o laudo, que o laudo era forjado, que ela não sabia quem tinha feito.

E, por isso, o Juiz entendeu que tudo não passou de uma armação, que foi feita pelo Vereador e que os seus companheiros de Partido fizeram com a intenção de prejudicar o Jocelito, naquela época candidato a prefeito de Ponta Grossa.

E, agora, na semana que passou, o Juiz encerrou, deu a sentença final e nessa sentença ele diz que vê a armação; ele vê em prejudicar a situação que estava para ficar pior e para prejudicar quem estava governando o Município.

E, agora perguntamos: No meio de tantas denúncias, no meio de tanta confusão, quem paga os prejuízos que aquela pessoa teve? Prejuízo pessoal, moral, financeiro, político que teve, porque houve uma denúncia sem fundamento, colocada por membros do Partido dos Trabalhadores em Ponta Grossa. o Engenheiro do Partido assinou um laudo que nem sabia o que era e o outro que fez o laudo, não teve a coragem de assiná-lo. E o próprio Jornal da Manhã coloca em sua edição do dia 09 que o CREA vai investigar o caso. E não é correto, não é ético um engenheiro fazer o laudo e o outro assinar.

O Ministério Público, o Promotor Público já disse que não vai recorrer da decisão da Justiça, porque acha que o Ministério Público foi enganado.

Foi enganado, por quem? Foi enganado pelo PT! O PT de Ponta Grossa enganou, induziu o Ministério Público e fez isso com uma clara intenção: a intenção de prejudicar a nossa candidatura!

Na semana que passou o Juiz de Ponta Grossa deu uma sentença, quando eu mandei cem mil reais à Santa Casa de Ponta Grossa. Dinheiro para salvar vidas porque a Santa Casa havia explodido nos setores. E durante aquele processo, a Prefeitura pediu para entrar no processo e não tinha que entrar, porque desde a inicial, o Ministério Público diz que em momento nenhum o Prefeito Jocelito fez qualquer lesão ao Patrimônio Público. O Ministério Público apenas diz que o Prefeito Jocelito se promoveu, ao mandar o dinheiro para a Santa Casa. No pensamento do Magistrado. Mas, na inicial, o Juiz já dizia que não havia nenhum prejuízo ao Patrimônio Público, que o dinheiro mandado era legal, e a Prefeitura entrou no processo com uma clara intenção de,

mais uma vez, prejudicar a nossa candidatura agora nas eleições passadas que nos conduziu a esta Casa!

Então, Sr. Presidente, existem, na verdade, pessoas desesperadas por causa dos números das pesquisas. Passou a eleição de Prefeito, mesmo fazendo mais votos que em 1996, nós fizemos agora cerca de cinquenta e quatro mil votos para ser deputado mais votado em Ponta Grossa. Contra a máquina pública, contra tudo, fomos o mais votado!

As pesquisas que apontam em Ponta Grossa hoje, nos dão a vantagem, se a eleição fosse hoje.

Então, está começando a “cair a casa”. Estão começando a aparecer os processos, aos poucos começamos a ver, Sr. Presidente, que no ano de 2000, aquela denúncia que apareceu na rede Globo, que Ponta Grossa era a “capital da corrupção”, foi na verdade planejada por uma quadrilha que habita este Paraná e que está, aos poucos, se dissipando. Essa quadrilha colocou o nome de Ponta Grossa no Brasil inteiro, porque tinha intenção de esconder os escândalos de Londrina e Maringá, porque lá tinha roubalheira e assalto às Prefeituras. E aí encontraram alguns erros administrativos em Ponta Grossa e alguém, por trás, trabalhou em cima disso e se conseguiu dar o destaque que não merecia a nossa Cidade.

O tempo passa, a Justiça vai mostrando os números, mostrando que houve alguns erros técnicos da Prefeitura - que qualquer cidadão tem na sua vida - mas está mostrando que a “capital da corrupção” não era Ponta Grossa, mas era Londrina, era Maringá e era o Estado do Paraná. No Estado do Paraná, onde está o BANESTADO - a maior roubalheira da história deste Paraná - e outros Institutos deste Estado, que as CPI's estão mostrando aí o que realmente foi roubado nestes anos.

Então, Sr. Presidente, acredito na Justiça. Estou acompanhando tudo, vendo as sentenças sendo mostradas, com a vida tranqüila de quem trabalhou sempre pela população, sabendo do que foi armado contra mim; muito tranqüilo, porque o mais importante de tudo é a consciência, é a urna, quando nós voltamos às urnas e fomos o Deputado mais votado em Ponta Grossa nessas últimas eleições. E se as eleições fossem hoje, nós, mais uma vez, ganharíamos.

Sr. Presidente, estou investigando aqui o caso da “Luz Fraterna”. Estamos vendo muitas pessoas falarem de “Luz Fraterna”. Vejo aqui os Deputados da Situação “baterem” nos Deputados da Oposição, dizendo que no Governo anterior era uma farra a publicidade, que tinha dinheiro sobrando, que o dinheiro era mandado de qualquer jeito, que Deputado liberava dinheiro e quanto queria para sua rádio, para o seu jornal, para sua televisão e eu, faz um ano que estou trabalhando com seriedade, trabalhando com honestidade, trabalhando e investigando o Governo Requião na questão da “Luz Fraterna” e confesso aos senhores: vão aparecer muitas surpresas no processo do “Luz Fraterna”, mas não vou aqui - antes de concluir as investigações, porque este é o fundamento do

Parlamento - sair atirando, sair chamando “a”, “b” ou “c” de ladrão ou de favorecimento ou da falta de cumprimento de até pareceres que foram omitidos! Não! Vou aguardar, porque na hora certa virei a esta tribuna para fazer um balanço e mostrar ao povo do Paraná que o atual Governo que está aí já não pode mais falar do Governo anterior, já não pode mais dizer que o Governo anterior privilegiou certos veículos de comunicação, mas pelo contrário: se aprendeu com alguém, o atual Governo aprendeu exatamente com aquilo que denunciou aqui.

Então, nos próximos dias, pretendo trazer a esta Casa mais detalhes sobre a “Luz Fraterna”. Estou preocupado, porque houve alguns apadrinhamentos, alguns meios de comunicação receberam ilegalmente verbas que não poderiam ter recebido e que ninguém comenta. Isso terá que ser mostrado, e na hora que eu vier aqui, Sr. Presidente, espero trazer documentos que comprovem tudo aquilo que estou falando. Jamais concordar com atitudes de membros do Partido dos Trabalhadores lá em Ponta Grossa! Com todo respeito que tenho ao Deputado Stica, este valoroso companheiro, e aos demais companheiros aqui, mas não posso entender como que um Partido, lá em Ponta Grossa, forja um laudo, pede para um companheiro assinar com a intenção clara de abrir um processo, para jogar na véspera das eleições, para prejudicar a nossa candidatura!

Eu só pergunto: quem é que paga esses prejuízos, hoje? Será que o PT vai pagar, que retém dos seus políticos, que está depositando lá em Brasília? Será que daria para cobrar do Partido? Eu acho que vou esperar a hora certa, porque nem o Ministério Público quer recorrer nesse caso, porque viu que ele mesmo foi induzido por membros do PT, lá em Ponta Grossa. Daí, se jogam os nomes das pessoas, sobe-se no edifício mais alto, joga-se as penas, depois não recolhe mais. Que se dane, quanto pior melhor! Melhor para quem está na Oposição!

Ontem, no rádio, uma senhora me dizia exatamente isso: como está indo o PT? Ela disse” o PT é um bom partido para estar na Oposição.

Acho que eu concordo. Na Oposição o PT é bom. O PT sabe fazer Oposição, sabe atirar pedra. Agora, quando é vidraça, não aceita, de jeito nenhum, que outras pessoas comentem.

Recentemente, o Juiz de Ponta Grossa deu uma sentença condenando o atual Prefeito de Ponta Grossa. Pouca gente soube disso. Foi condenado porque colocou em todos os adesivos, em todos os materiais da Prefeitura, uma estrela do PT, como símbolo da Prefeitura de Ponta Grossa. Foi condenado na primeira instância e, continua colocando até nos bombons das crianças, que estão entregando lá em Ponta Grossa agora.

Ontem fizeram uma festa e entregaram para os funcionários uma caixinha de chocolate, com a bandeirinha do PT. Entregaram para as crianças do Parque Ambiental e, agora o PT, também, tem lá um circo. E o PT sempre condenou o circo. Sempre condenou o pão e o circo! Agora tem circos nos bairros! Circo que a Prefeit-

ura tem, nos bairros, o circo andando de graça! Quem é que paga isso? É uma boa pergunta.

Queria aproveitar hoje, Sr. Presidente e Srs. Deputados, para dizer que na eleição passada teve um grande prejudicado, um grande prejuízo, prejuízo moral, financeiro e, principalmente, político, que hoje ninguém vai mais pagar.

Por isso, quando se acusam as pessoas sem ter a devida prova, deve-se ter, primeiro de tudo, responsabilidade, porque quem não tem responsabilidade não pode estar em nenhum cargo, porque só se pode acusar as pessoas quando tiver a devida prova. Antes disso é armação política, como disse o Juiz em Ponta Grossa, nessa sentença, em que coloca que membros do PT armaram, induziram o Ministério Público, com a intenção de quanto pior, melhor! Não se preocuparam com as fábricas que estavam para vir, com os empregos, com os recursos que aumentaram com a arrecadação do ICMS, da nossa cidade!

Aproveito hoje para falar, que quando eu olho para o lado está nas primeiras páginas dos jornais. Agora, quando sou inocentado, quando as coisas acontecem a mim, ninguém viu, ninguém ouviu, e fica o diz que não diz.

Gostaria de deixar esse recado e lamentar, que o Partido que Governa, hoje, o País e que é aliado do Governador Requião, lá em Ponta Grossa está fazendo tudo ao contrário e, aos poucos, a Justiça vai mostrando porque Ponta Grossa nunca foi a cidade da corrupção, nunca teve escândalos como Londrina, Maringá e como Paraná, que nós estamos vendo hoje, a maior roubalheira da história e que infelizmente, hoje, partes se calam e fazem de conta que não vêem nada.

Gostaria de agradecer e dizer que nada melhor do que o tempo. O tempo vai mostrando que aos poucos estamos fazendo o que é certo, governando para o povo, trabalhando com o povo. O resultado está aí: fomos o Deputado mais votado nas últimas eleições de Ponta Grossa e temos hoje a preferência para as urnas das eleições de agora. É o povo entendendo o que se fazia em Ponta Grossa, mas que aos poucos nós estamos descobrindo e estamos mostrando à população.

Para finalizar, Sr. Presidente, na última passagem que descobri depois da campanha - durante a campanha eleitoral, adversários nossos contrataram 500 pessoas, durante 30 dias. Essas 500 pessoas - deputado Nelson Tureck, V. Exa. que será candidato a Prefeito de Campo Mourão e, se Deus quiser, será vitorioso - eram pagas, treinadas, como se treinam xiitas, aqueles revolucionários. Eram treinadas para andar nos ônibus divididas em grupinhos de cinco, seis, para ficar falando, um fala daqui, outro dali, falando mal da minha pessoa e aí induzindo as pessoas que estavam no ônibus a deixar dúvida. E aí aquela pessoa que votava em você, ficava em dúvida - mas será? Poxa, mas o cara que está no ônibus aqui está falando que ele roubou mesmo e outro ali na frente falando a mesma coisa?

Veja o que é o profissionalismo de uma eleição, Sr. Presidente. Quinhentas pessoas dentro dos ônibus, diariamente, dizendo isto, confundindo a opinião pública de Ponta Grossa.

É por isso que nós, que não usamos desta sacanagem, desta malandragem, desta covardia, desta falta de decência, às vezes até perdemos a eleição, mas pode ter a certeza, nunca perdemos a consciência do dever cumprido.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Horário das Lideranças.

PL; PSL; PPS; PSB; PTB; PP.

(Declinam)

Com a palavra, o Deputado Durval Amaral, no Horário do PFL.

O SR. DURVAL AMARAL

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Inicialmente quero agradecer a cada um dos Parlamentares, cada um dos Deputados que conversaram comigo, manifestaram a sua solidariedade, o seu apoio e a sua compreensão pelas notícias veiculadas nos últimos dias, na imprensa do Estado do Paraná.

Quero, inicialmente, render as minhas homenagens e o meu respeito à imprensa do Paraná, porque entendo que não age com maledicência e nem com maldade. Transcreve um fato denunciado e pela gravidade da denúncia, efetivamente, ganha uma grande repercussão. Uma grande repercussão, ainda mais pela minha condição de Parlamentar no quarto mandato, Parlamentar, penso, atuante nesta Casa, que já presidi a Comissão de Finanças, fui relator por vários anos da Comissão de Orçamento, membro atuante da Comissões de Constituição e Justiça, fui guinado à condição de líder do governo, e sempre procurei me pautar com extrema coerência. Fui Secretária de Estado do atual governo, em outro momento, tive a grandeza, no momento em que discordava da condução política do Partido que pretendia, o PMDB, que naquela oportunidade propunha uma CPI para investigar a industrialização do Estado do Paraná, tive a grandeza de, não concordando, me desligar daquele Partido, tive a humildade de aceitar sempre o resultado das urnas, e confesso aos Srs. Parlamentares, a minha vida nunca foi fácil, sempre estive no olho do furacão, enfrentei adversidades, mas nunca me acovardei.

Tive a coerência de, após ter sido Líder do Governo por dois anos substituindo o grande Líder Valdir Rossoni, do Governo anterior, de aceitar o desafio de ser Líder do Governo Jaime Lerner. Ao longo desses dois anos, como não poderia ser diferente, sempre mantive um estreito relacionamento de amizade, fraternal, não só com os Deputados da Situação como com os da Oposição. Briguei incansavelmente para que os nossos companheiros Parlamentares da antiga Situação pudessem ter as suas reivindicações, seus pleitos atendidos pelo então

Governo, mas sempre pautado na ética, pela seriedade, pela lisura. Enfrentei grandes desafios, defendi algumas questões para alguns indefensáveis, mas defendia com a convicção de quem exercia a Liderança do Governo e como advogado, e sem me comprometer com a causa, mas dando a oportunidade de defesa ao Governo.

Muitas vezes assumi até algumas posturas antipáticas - aqui na Assembléia Legislativa, por exemplo, posições radicais com relação a pedidos de informações. Posições radicais com relações às articulações políticas, quando da competente propositura que fazia a Oposição naquela momento de Comissões Parlamentares de Inquérito, sempre me adiantando, com respaldo dos meus companheiros, me antecipando e efetivamente procurando esvaziar com as possibilidades regimentais as manobras da Oposição. E com as mesmas manobras procuro também, como Líder da Oposição, agora, usar dos mesmos dispositivos regimentais, não para constranger Parlamentares, mas para que a disputa e o clamor da discussão possa ser cada vez mais rico, aqui, na Assembléia Legislativa! Aceito tudo e assimilo bem, porque não sou de me acovardar! Mas quando o golpe é desferido abaixo da linha da cintura é muito difícil, Sr. Presidente. É lamentável! Não encontro outra explicação.

Por que é que um homem me acusa? Um doleiro, Youssef, com quem não tenho nem nunca mantive nenhum tipo de relacionamento, nem por mim e nem por interpostas pessoas, vai e me acusa! Não só a mim, há muitas outras autoridades públicas no Estado do Paraná! Restam-me só duas questões a serem levantadas. A primeira delas - aí fala o advogado - quando acusa autoridades do Estado do Paraná, ele remete aos Tribunais Superiores o seu processo, vai para o STJ, porque acusou pessoas da mais alta envergadura, ocupantes de cargos importantes no Paraná. Então, o seu processo é remetido automaticamente para o Superior Tribunal de Justiça, e automaticamente todas as provas colhidas contra alguém que poderia ter condenações de quase duzentos anos, alguém que está envolvido ao longo da história do Brasil nos mais cabeludos casos, passa da condição de acusador para a condição de delator. E parece que todo mundo se compadece do coitadinho.

Por quê? Para buscar o foro privilegiado, para anular as provas contra si concebidas! E o segundo motivo, me parecer efetivamente um golpe baixo, abaixo da linha da cintura. Não posso me intimidar. Até tenho que receber o golpe, mas posso, em respeito aos meus colegas Parlamentares - tanto de Situação quanto de Oposição, posso dizer que o meu sigilo bancário, que o meu sigilo fiscal, que o meu sigilo telefônico, minha vida, que estou sendo grampeado há mais de 20 meses e não é possível, Sr. Presidente, que se houvesse qualquer ligação que pudesse me comprometer por essa "central de Israel" que está aqui no Paraná grampeando a tudo e a todos, simultaneamente, mais de 800 telefones, não teriam pego a mim no contrapé!

Fico assim, com muita tranqüilidade, e peço, ao respeito que tenho pela imprensa do Paraná, ao respeito que tenho a cada um dos parlamentares, ao respeito que tenho àquele que, investido em um cargo de governador me merece, aqui nesta tribuna todos os senhores são testemunhas que nunca ataquei, pessoalmente, a nenhum cidadão do Paraná - nenhum, porque respeito a quem tem voto. Para que tratemos as questões políticas do Paraná em altíssimo nível, vamos tratar em altíssimo nível. Não vamos golpear abaixo da linha da cintura, porque temos família, temos filhos, temos respeito às pessoas!

Se eu perder patrimônio, se eu perder a vida, tudo isso talvez não tenha grande importância. Mas quando você desfere contra a honra, contra a moral, só nos restam duas alternativas: confiar e acreditar na Justiça ou buscar outros caminhos, que para alguém como eu, que tem fé em Deus, não me entusiasma a fazê-lo.

Quero agradecer a solidariedade de cada um dos senhores e dizer que, para mim, a segunda possibilidade é muito real, porque hoje, no dia de hoje, alguns jornais do Paraná - não todos, transcreveram a pedido, as notícias veiculadas no jornal "Folha de Londrina", que aliás, respeito, como disse aqui, a cada uma das jornalistas, a cada um dos jornalistas do Paraná, mas, a pedido de quem? Quem é que teria interesse de colocar em vários jornais do Paraná e estou entrando com um requerimento, pedindo, porque que a pedido saiu no jornal "Agora Paraná", no "Diário Popular" e na "Folha da Imprensa" a reprodução da matéria da "Folha de Londrina". A pedido de quem? A interesse de quem? Alguém tem interesse de calar a voz da Oposição na Assembléia Legislativa do Paraná? Alguém tem interesse de calar a voz do Parlamentar, do Deputado Durval Amaral? A pedido de quem? Isso demonstra a segunda conotação que se dá a esse episódio: a motivação política de tentar me atacar.

Agradeço a V. Exa., Sr. Presidente, agradeço a cada um dos parlamentares. O Deputado Nereu Moura disse nos jornais, que vai pedir a cópia do depoimento desse cidadão, Youssef. Quero dizer, se pudesse assinar, eu assinaria também, porque não tenho nada a esconder. E veja, só, Sr. Presidente, quantos homens públicos deste País poderiam, com a mesma tranqüilidade que eu tenho, dizer que o meu sigilo telefônico está à disposição, que meu sigilo bancário está à disposição, que o meu sigilo fiscal está à disposição ou será que eu teria me encontrado com esse cidadão ao acaso sem jamais ter sido qualquer tipo de relacionamento ou de relação com ele?

Eu recebo a acusação e vou tomar todas as medidas legais, judiciais, cabíveis à espécie, para que possa tentar, mesmo depois de todo o estrago, restituir a condição de *stato quo* da seriedade, da moralidade e tentar, quem sabe, recolher os cacos da minha honra agredida e dilacerada nesse episódio.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)
PSDB.

Com a palavra, o Deputado Valdir Rossoni.

O SR. VALDIR ROSSONI

Sr. Presidente, Srs. Deputados. talvez me reserve esse momento de vir à tribuna, em que um homem público está sendo atacado. Estive aqui nessa tribuna uma dezena de vezes fazendo a defesa de homens públicos, que depois a Justiça os inocentou. Vou citar aqui dois fatos.

Primeiro, foi Dr. Cândido Martins de Oliveira, que no plenarinho foi humilhado pela CPI do Narcotráfico.

Eu tive a coragem de vir a esta tribuna e acreditar no homem Cândido Martins de Oliveira e dizer que eu tinha certeza que ele era inocente. Muitos taxaram Dr. Cândido de chefe do narcotráfico. Taxaram Jaime Lerner de chefe da quadrilha. Eu vim nesta tribuna, sem medo da verdade, acreditando nos meus amigos e nos meus companheiros, e fiz a defesa do Dr. Cândido. Pasmem! Passaram-se dois, três anos. Outro dia encontro nos corredores da Assembléia, um homem já envelhecido pelo sofrimento, Dr. Cândido e disse-me: muito obrigado Rossoni. Você teve coragem, naquele momento, quando muitos tinham medo de me cumprimentar e fazer a defesa da minha honra! Hoje está provado. O Ministério Público não me denunciou por falta de provas!

Também em um momento histórico do Estado do Paraná - me desculpe, Deputado Rafael Greca, tenho que voltar a este assunto - estive nesta tribuna, quando então meu amigo, companheiro, um homem que respeito, que eu e minha família temos por ele uma grande admiração, eu via todos os dias na Rede Globo, pelo menos dez minutos por dia, em todas as redes de televisão, o Ministro Rafael Greca sendo taxado como o homem que fazia parte da máfia dos italianos que cuidavam dos bingos. Eu vim a esta tribuna, Deputado Durval Amaral, e disse a alguns, vários, a todas as pessoas, à imprensa, que não fizeram comentários e que não tirassem conclusões daquele episódio, porque eu acreditava que o tempo provaria que o Ministro Rafael Greca era inocente. O que aconteceu? Passou-se o tempo e está aqui o Deputado Rafael Greca, um homem inocentado, um homem inocente, que também pagou muito caro, porque, certamente, Deputado Rafael Greca se não fosse aquele episódio - V. Exa., hoje, está bem situado nas pesquisas para prefeito de Curitiba - hoje, V. Exa. seria imbatível nas eleições de Curitiba. V. Exa., com capacidade, foi inocentado pela Justiça, está buscando recuperar aquilo que foi destruído em poucos dias na sua vida porque as pessoas demoram a receber a informação, como já disseram aqui "a manchete da acusação sempre é maior que a da defesa" e hoje estou aqui para dizer ao Deputado Durval Amaral, também fui Líder do Governo. Acho que o Governo Jaime Lerner teve méritos, teve erros, mas tudo que fiz, foi com convicção. Acho que construímos nesses oito anos, um excelente trabalho. A maior prova está aí, a industrialização do Estado, as Vilas Rurais, Paraná 12 Meses, enfim, uma série de programas que o Governo

Jaime Lerner espalhou por este Estado, e hoje é um Estado pujante pelos bons Governadores que teve.

Mas, quero dizer a V. Exa., Deputado Durval Amaral, ser Líder de um Governo é extremamente difícil. Aqui está ouvindo o Deputado Stica, ele também será Líder do atual Governo e a partir da semana que vem ele já terá que começar aqui a trazer informações para nós de algumas questões que temos para levantar sobre o atual Governo, porque neste momento em que se levanta acusações, também chegam a nós várias informações de desvios do Governo atual.

Mas, quero me solidarizar com V. Exa. e dizer que acredito nas suas palavras e na sua inocência, e vou continuar do seu lado dando o meu apoio de amigo, de companheiro, e de quem acredita no homem público Durval Amaral. Não faço isso atrás das paredes; faço isso publicamente, e tenho certeza que no futuro voltarei a esta tribuna para dizer que eu estava certo com o que eu estava falando aqui.

Para encerrar, Sr. Presidente, nós não devemos desviar o foco; isso são questões da Justiça. O Deputado Durval Amaral vai responder isso na Justiça. Os Secretários do Governo Jaime Lerner vão responder na Justiça. Quero que isso aconteça. Só tenho medo que de repente, nós nos ocupemos de outros assuntos e esqueçamos outras aqui que são importantíssimas para esta Casa.

Quero citar um fato que está acontecendo no Estado do Paraná que é extremamente grave, que não é a CPI que vai resolver. Quero falar do Porto de Paranaguá. Não estou nem preocupado com a eventual corrupção que está acontecendo lá. E todos, quase todos, reconhecem que aquilo é um saco sem fundo, mas o que me preocupa é que o Porto de Paranaguá está estagnando o único setor da economia paranaense que ainda está funcionando, o único setor da economia brasileira que ainda está gerando emprego, que é o setor exportador brasileiro!

Por isso, peço a compreensão do Líder do Governo, Deputado Stica, não estou preocupado aqui em criar problemas para o Governo. Estou preocupado, sim, com a situação...

(É retirado o seu som)

Só para encerrar, Sr. Presidente, tem exportadores que estão com mercadorias no Porto de Paranaguá há mais de sessenta dias e o pior, os portos que estavam colaborando para que os exportadores paranaenses pudessem escoar a sua produção, o de São Francisco e o de Itajaí, também agora não estão mais funcionando! O Porto de Paranaguá é o maior porto brasileiro, e isto é um problema gravíssimo e nós precisamos dar soluções, porque senão, nós estaremos colaborando para aumentar o desemprego neste País.

Agradeço, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto a Liderança do PDT; PT; PMDB, Liderança do Governo.

Concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Na verdade uso do Horário porque ouvi o Deputado Valdir Rossoni, daquela tribuna, falar que eu não estou nem citando a corrupção que existe no Porto de Paranaguá. Foram essas as palavras que ouvi do Deputado Valdir Rossoni. Isso é uma afirmação.

Primeiro: Nós vamos instalar uma CPI do Porto de Paranaguá. Segundo: Afirmamos que não existe corrupção neste momento, neste Governo, no Porto de Paranaguá. Portanto, não aceito as palavras do Deputado Valdir Rossoni de que há corrupção no Porto de Paranaguá. Terceiro: os problemas que tem no Porto de Paranaguá, que é a falta de dragagem no canal e que já está sendo solucionada, tem que dizer aqui que a falta de dragagem que por um tempo ficou sem acontecer, foi exatamente para acabar com contrato milionário, este sim, que abastecia o dono da empresa de dragagem com um preço milionário, pagando mais caro do que tirar ouro do fundo do mar, tirando areia do canal. É por isso que foi cortado e agora vai se fazer um contrato emergencial e está se providenciando a licitação para a compra de uma draga para o Porto de Paranaguá.

Falar de desratização - vamos falar de desratização que também parou o contrato e saber por que é que não era feita a desratização no cais privado que é mantido pelos exportadores aqui no nosso porto, mas também já em vias de recomeçar toda a desratização do porto, seja no cais público ou no particular.

Portanto, os problemas que temos no porto, que felizmente são muito menores que os problemas que tínhamos na antiga gestão estão sendo analisados e vão ter a sua seqüência daqui para frente. E o Porto de Paranaguá, um porto público que é e continuará sendo enquanto tiver Requião governador do Estado do Paraná. Este porto vai provar que um porto público pode e deve ser um porto que trabalha com ética e com zelo pelo dinheiro público.

Portanto, não há corrupção no Porto de Paranaguá e a CPI que vai acontecer nos próximos dias, que tragam as denúncias porque até agora não tive nenhuma denúncia que justificasse a CPI.

Mesmo assim, estamos dizendo que venha a CPI e vamos analisar os problemas do Porto. Quem sabe a CPI possa mostrar a podridão que existia na sua antiga administração.

Era isso, mas não pude deixar de dar a resposta, porque ouvi, espero que só eu tenha ouvido, para que eu esteja enganado, dizendo que o Deputado não iria falar da corrupção lá do porto. Portanto, não há corrupção e o que eu tiver que responder ao Governador daqui para frente responderei, sim, porque estou fazendo parte de um Governo sério, que joga com

muita tranquilidade em cima da ética e da seriedade do povo do Paraná.

O Sr. Valdir Rossoni

Acredito que o Deputado não tenha me entendido. Primeiro, não falei desratização. Segundo, falei de eventuais denúncias que tem lá, que todo dia nós recebemos nos corredores. terceiro, quero dizer ao Deputado Natálio Stica que, se em um ano e meio não deu para fazer a dragagem, agora vão fazer uma licitação de emergência? Um ano e meio dava para resolver!

A minha preocupação com o porto é apenas que nós não venhamos prejudicar o único setor da economia que ainda está funcionando neste País, que são os exportadores.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 54 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, Indicação nº 010/2004, de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente, solicitando que a Escola de Música e Belas Artes do Paraná - EMBAP e a Faculdade de Artes do Paraná - FAP, fiquem integradas em uma só autarquia denominada Universidade de Artes do Paraná - UAP, vinculada ao órgão estadual responsável pela definição, coordenação e execução das políticas e diretrizes na área e Ensino Superior. **À Comissão de Constituição e Justiça.**

Ofício nº 027/2004 - PDT, subscrito pelo Sr. Senador Osmar Dias, na qualidade de Presidente do PDT-PR, constante do expediente, indicando o nome do Deputado Barbosa Neto como novo Líder do Partido, nesta Casa, em virtude da renúncia do Deputado Neivo Beraldin. **À Diretoria Legislativa e Diretoria de Plenário, para anotar.**

Projeto de resolução de autoria do Deputado Carlos Simões, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Vanderlei Iensen, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projetos de lei em nº de 02 (dois) de autoria do Deputado Mauro Moraes, constantes do expediente. Necessitam de apoio. **Apoiados.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Delegado Bradock, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Luiz Accorsi, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado Hermas Brandão, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Projeto de lei de autoria do Deputado José Maria Ferreira, constante do expediente. Necessita de apoio. **Apoiado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 536, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constante do expediente, solicitando autorização para ausentar-se do país, entre os dias 19, 20 e 21 do corrente mês, para realização de viagem à Itália. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 537, de autoria do Deputado Miltinho Pupio, constante do expediente, solicitando licença por 121 (cento e vinte e um) dias, para tratamento de saúde, a partir do dia 13 do corrente mês, conforme atestado. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 049/2003, de veto aposto ao Projeto de Lei nº 253/2003, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, que define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS). COM RELATÓRIO DA CCJ CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.

OF/CTL/CC Nº 220/2003.

Curitiba, 05 de novembro de 2003.

Senhor Presidente:

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 224/2003, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII, e de conformidade com o disposto no parágrafo 1º, do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, votei o Projeto de Lei nº 253/2003, por julgar a medida nele contida totalmente inócua e desnecessária e, por isso, considero contrário ao interesse público, conforme razões adiante expostas.

Dispõe o autógrafo que o “Sistema Único de Saúde - SUS prestará assistência integral aos portadores da doença de Parkinson.”

A negativa de sanção ao projeto de lei em referência decorre de esclarecimentos prestados pela Secretaria de Estado da Saúde da já existência do Programa de Medicamentos Excepcionais (Alto Custo), criado por

Portaria do Ministério da Saúde, através do qual é feito atendimento a portadores da doença de Parkinson.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 253/2003, encontra-se publicado no DA nº 031/2003, de 12/05/2003).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROPOSIÇÃO VETO Nº 049/2003

P A R E C E R :

O projeto de lei em questão, de autoria do Deputado Dr. Luciano Ducci, objeto de veto do Governador, define diretrizes para a política de assistência integral aos portadores da doença de Parkinson no âmbito do Sistema Único de Saúde-SUS.

Estando observados os prazos e requisitos regimentais, o veto encontra-se em condições de ser apreciado pelo Plenário.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 25.11.2003.

(aa) HERMAS FONSECA - Presidente

ANTONIO ANIBELLI - Relator

Em votação.

O SR. NATÁLIO STICA (**Para Encaminhar**)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Uma saudação aos representantes da Associação dos Portadores do Mal de Parkinson aqui no Estado do Paraná.

O Projeto de Lei nº 253/2003 do Deputado Luciano Ducci, pede ao SUS que preste assistência integral aos portadores da Doença de Parkinson. Tem nos seus três parágrafos do artigo 1º que inviabiliza a lei do deputado. Um dos assuntos que inviabiliza a lei: “O direito à medicação...” (**Lê o parágrafo**).

Além de não estar indicado a fonte de recurso para que seja implantado e, principalmente, nas demais formas de tratamento, já que aqui entra fisioterapeuta, médico da especialidade, não está dando conta da direção orçamentária, ele acaba se tornando inconstitucional pelo artigo 66 que diz que é iniciativa do Governo do Estado a criação, estruturação e atribuições da Secretaria do Estado, mas não vou me apegar nesse item da inconstitucionalidade.

Conforme entendimento que tivemos com a Secretaria de Estado da Saúde, já há norma federal que trata do assunto, Portaria 13/18 do Ministério da Saúde e essa Portaria institui o programa de medicamentos excepcionais, alto custo, como é o caso dos medicamentos para o Mal de Parkinson. Neste caso, não pode o Estado do Paraná desrespeitar a norma, apenas cumpri-la.

A distribuição dos medicamentos desse Programa é efetuado através do CEMEPAR - Centro de Medicamentos do Paraná aos centros de referência para Parkinson. Atualmente, o Paraná possui cinco centros de referência: dois em Curitiba, um em Maringá, um em Londrina e um em Cascavel. Até o meio do ano, há previsão para aplicação de mais seis centros de referência. Quero destacar que em Curitiba, os centros de referência localizam-se no HC - Hospital de Clínicas e no Posto de Saúde Ouvidor Pardini, sendo que este último foi criado, inclusive, pelo então Secretário de Saúde do Município de Curitiba, nosso querido Deputado Luciano Ducci, sempre preocupado com as causas da saúde, porém, o Ouvidor Pardini está deixando de ser um centro administrado pela Prefeitura Municipal de Curitiba; já tem praticamente metade dos medicamentos oriundos do CEMEPAR.

Acabei de ter a confirmação do Dr. Júlio, da Secretaria da Saúde do Estado, de que no prazo máximo de quarenta e cinco dias e eu, por conta própria, porque vou deixar o meu nome aqui nessa garantia - estou jogando para dois meses, portanto, num prazo máximo de sessenta dias teremos todo medicamento do Centro de Saúde Ouvidor Pardini para o Mal de Parkinson, oriundo do CEMEPAR, por conta do Estado e sendo o Ouvidor Pardini o centro que vai se tornar referência em Curitiba e região metropolitana.

Me dizia agora há pouco o Presidente da Associação, e, com toda razão, de que o paciente que sofre do Mal de Parkinson, de Piraquara, não pode usar o Centro Ouvidor Pardini, já que ele é de Curitiba. Então, no prazo máximo de sessenta dias, estará o Centro Ouvidor Pardini sendo o centro de referência em Curitiba e Região Metropolitana e até a metade do ano de 2005, teremos mais seis centros de referência no Estado do Paraná.

Está, portanto, a Secretaria da Saúde cumprindo o que diz a Portaria Federal que é muito clara de atender, considerando as necessidades, de estabelecer o protocolo clínico de diretrizes terapêuticas para o tratamento da doença de Parkinson e aqui ele traz todo o trabalho feito, inclusive, com uma pesquisa pública feita com toda a sociedade, onde várias entidades, personalidades participaram dessa pesquisa e acabaram fazendo essa Portaria que dá a condição do portador da doença de Parkinson ter este medicamento à sua disposição, até porque é um medicamento caríssimo e famílias de baixa renda não têm, com certeza, condições de adquirir.

Fica aqui a garantia de que a Secretaria da Saúde do Estado do Paraná está cumprindo a Portaria Federal do Ministério da Saúde e num prazo máximo de sessenta dias a Região Metropolitana terá, no Centro Ouvidor Pardini, o centro de referência de Curitiba e da Região Metropolitana. Por isso, já está sendo adequado, e nós não temos a necessidade de aprovar um projeto que vem com vício de inconstitucionalidade. Ficamos atendendo a todos os portadores de Parkinson de Curitiba, Região

Metropolitana e do Estado do Paraná com esses mais seis centros que até a metade do ano que vem, serão implantados.

Por isso, estamos encaminhando a manutenção do veto ao projeto.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados.

Queria cumprimentar de uma forma especial o Magno, e cumprimentando-o, cumprimentar todos os membros da Associação Paranaense dos Portadores da Doença de Parkinson, pessoal que batalha muito, que sente no dia-a-dia a dificuldade que é o tratamento dessa doença que cada vez mais atinge a população do nosso Estado, do Brasil e do mundo.

Tive a primeira oportunidade de fazer esse contato com a Associação, mais ou menos no ano de 2001, quando, num encontro na Secretaria, mostraram claramente a necessidade que era ter uma política voltada para essa doença, garantindo medicamento para essas pessoas.

A doença de Parkinson é uma doença que atinge as pessoas na faixa dos 55, 60, 70 anos em diante. E é uma doença que cursa com uma série de incapacidades com o portador, como tem vários: tremores, rigidez, momentos de perda de memória, aonde o tratamento medicamentoso se torna importante para a melhoria da qualidade de vida dessas pessoas. O medicamento é importante, garante a melhoria dos tremores, da memória, de uma série de sintomas e que muitas vezes essas pessoas não têm condições de comprar o medicamento. Para se ter uma idéia, a maioria dessas pessoas que estão aqui, a maioria é aposentada. Todo mundo sabe quanto ganha um aposentado. A maioria ganha em torno de duzentos e quarenta reais. Poucos ganham mais do que isso, e tem um tipo de medicamento que é preciso muitas vezes para somar aos outros, que custa 160 reais, que é o Cifrol (?). Só esse medicamento, que muitos precisam tomar duas caixas por mês, praticamente consome todo o orçamento da família e faz com que muitas pessoas abandonem o tratamento. E, com essa sensibilidade, com essa discussão, implantamos a primeira farmácia básica do Brasil aqui em Curitiba, na Unidade de Saúde Ouvidor Pardini, uma unidade que é do Município de Curitiba, que não vai passar para o Estado. Ela atende já pacientes de outras regiões como várias unidades de Curitiba atendem, mas é administrada totalmente pela Prefeitura de Curitiba.

O projeto de lei veio ao encontro de uma expectativa dessa própria Associação que, após eleito, me procurou aqui na Assembléia toda a diretoria me trazendo um projeto de lei, que já foi aprovado em São Paulo apresentado por um companheiro do PT. Foi aprovado e sancionado pelo Governador Geraldo Alckmin, do PSDB de São Paulo, no entendimento de que o projeto é importante porque dá uma série de garantias não temporárias, mas definitivas, para esses pacientes. E também essa garantia para que se estenda para o Estado como um todo.

O Deputado Stica, ao defender, colocou algumas questões de inconstitucionalidade que não estão no veto do Governador. O veto coloca como inócuo o projeto porque já existe uma política estadual para atender os pacientes com o Mal de Parkinson. Na verdade, essa política não foi implantada ainda, agora tem um prazo de 60 dias para a implantação na Ouvidor Pardiniho, na distribuição de medicamentos para a região metropolitana, mas não atende o Estado como um todo. Até mesmo ampliando número de centros de referência, não é por aí que vamos conseguir distribuir o medicamento para os pacientes de todo o Paraná, porque o Mal de Parkinson não atende só as cidades-pólo, ele está em Astorga, São João do Ivaí, está em Piên, está em qualquer Município.

Então, tem que ser uma distribuição de medicamento para pessoas cadastradas em todos os Municípios do Estado do Paraná. E existe recurso financeiro, sim, para poder implantar essa política, existe dotação orçamentária na rubrica do CEMEPAR para que possamos estar implantando.

Então, queria pedir a todos os Deputados, independente de serem da Situação ou da Oposição, que tenham a sensibilidade de olhar essas pessoas que têm o Mal de Parkinson e de entenderem a importância da aprovação do projeto. E, já que o Estado vai implantar uma política semelhante ao projeto, não tem porque vetá-lo. O encaminhamento é pelo NÃO ao veto que foi colocado.

Muito obrigado!

O SR. JOCELITO CANTO (Para Encaminhar)

Sr. Presidente, Srs. Deputados, ouvi atentamente o pronunciamento do Deputado Natálio Stica, Líder do Governo nesta Casa, e ouvi também, neste instante, o pronunciamento do nosso eminente Deputado Luciano Ducci, que aliás tem representado a todos nós, os Deputados, em tudo aquilo que representa a questão de saúde nesta Casa.

Vi agora o Deputado Natálio Stica dizendo que a responsabilidade é do Governo Federal, que existe uma norma federal que quem deve tratar dessa questão do remédio para o Mal de Parkinson deve ser exatamente o Governo Federal.

Daí lembrei-me agora, Sr. Presidente, Srs. Deputados...

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

Sr. Presidente.

Fui citado e não disse que é do Governo Federal, mas disse que tem uma norma do Governo Federal, já cumprida pelo Governo do Estado.

Por favor, não deturpe minhas palavras!

O SR. JOCELITO CANTO

É a mesma coisa, Sr. Presidente, dois e dois são a mesma coisa, Deputado Stica.

Na verdade estava lembrando-me, Deputado Stica, daquela novelinha na campanha política, em que

Dona Maria era uma pobre coitadinha que chegava na farmácia e não tinha remédio; ela ia para casa triste, ficava doente porque não podia comprar o remédio. Mas a Dona Teresa era uma mulher rica, que ganhava bem, seu marido era rico, ela entrava na farmácia e comprava todos os remédios e até um perfuminho para ficar mais cheirosinha. Lembram de quem era essa propaganda?

Do nosso Lula que está aí, o nosso Presidente do País. E, por que não colocar em prática, desde que assumiu o Governo, essa historinha que só funcionou na campanha e que agora parece que a novelinha prossegue, mas não funciona?

Então, gostaria de pedir aqui aos eminentes companheiros do PT que falassem com seu Líder maior, o aposentado Luis Inácio Lula da Silva - falaram aqui em aposentados - para que exatamente se dê condições às pessoas que precisam desse medicamento.

E lembro-me aqui, Sr. Presidente, que recentemente aprovamos aqui mais 200 cargos para a cultura, para colocar bailarino, dançarino, maestro, lá no Teatro Guaíra! Nós aprovamos aqui! mas agora pergunto: o que é mais importante, a dança ou a saúde?

E mais uma vez vemos aqui que a Bancada do Governo não quer aprovar um projeto que o PT de São Paulo apresentou e que o Governador Alckmin, que é um Governador competente e que se Deus quiser será Presidente desta País, porque tem performance, é um político que não tem raiva de ninguém, é um homem preparado colocou em votação e aprovou aquilo que queria o Deputado do PT que apresentou o projeto da Assembléia de São Paulo. E por que aqui o PT é o contrário? Por que aqui o PT quer derrubar o projeto que ajuda as pessoas mais simples e mais pobres?

Então, queria deixar esse recado e queria, mais uma vez, dizer que um Governo que gasta mais de duzentos mil reais, em 2003, em propaganda e em jornais de fora do Estado, de São Paulo, Belo Horizonte e Rio de Janeiro, não tem dinheiro para comprar o remédio das pessoas que precisam!

Gostaria de lembrar que este Governo que está aí é o Governo da "Carta de Puebla", preferencialmente pelos mais pobres.

Eu espero que os nossos petistas e peemedebistas de guerra, de hoje, de ontem, votem para derrubar esse veto, porque esse projeto para mim, é preferencialmente pelos pobres.

O SR. NATÁLIO STICA (Pela Ordem)

É importante que o Deputado Jocelito saiba, que o projeto do Deputado Amilton Pereira, do PT, foi aprovado em 07 de novembro de 2002.

Portanto, alguns meses antes da Portaria Federal, criada em dezembro de 2002.

Por isso, o Projeto do Deputado do PT.

Dizer que São Paulo não tinha nada, por isso foi feito o projeto. Agora, já tem uma Portaria, e o Governo

do Estado do Paraná, através da Secretaria de Saúde, já está implementando inócua a Lei do Deputado Luciano Ducci, já que nós estamos implantando. Já tem 5 centros de referências, mais 6 serão até metade do ano.

Portanto, não precisa lei, uma coisa que já está acontecido, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está em processo de votação. Solicito ao Sr. 1º Secretário que proceda à chamada nominal dos Deputados, para a votação, lembrando: os que votarem para a manutenção do Veto, deverão votar com a cédula SIM, e os que rejeitarem o veto, deverão votar com a cédula NÃO.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Braddock)
(Procede à chamada nominal)

Quarenta e nove Deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Designo os Srs. Deputados: Élio Rusch, Francisco Bühner e Duílio Genari, para procederem o escrutínio dos votos.

O SR. RAFAEL GRECA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Sra. e Srs. Deputados. Quero mencionar o que aconteceu hoje em Curitiba na Vila Sandra. O nosso Governador foi implantar a tarifa social da água, estavam lá vários Deputados e vários Vereadores de Curitiba e numeroso concurso do povo junto à Igreja São João Batista na Vila Sandra. E vimos ali um Governador voltado para o social. O Governo mostrando a que veio. Chamou-se de tarifa social da água essa tarifa que permite que famílias que consumam até dez metros cúbicos de água possam pagar apenas cinco reais, ou água e esgoto até sete reais. Mas podia chamar-se Tarifa Requião. Chamou-se de tarifa social a luz grátis para as famílias de baixa renda em todos os bairros pobres do Paraná, da Região Metropolitana, da grande Londrina, da grande Maringá, mas podia chamar-se Tarifa Requião. Na verdade, o Governo existe para quem precisa.

O ICMS social implantado no começo deste Governo, também é um sinal de Governo para quem precisa. Isso significa que no Paraná o povo realmente ganhou a eleição. O liberalismo foi derrotado. O sentido de Governo que busca lucro além do social, que busca lucro argentário, foi derrotado. Por isso o nosso Governador não estava entre os judas malhados no último Sábado de Aleluia. Entre os judas malhados no último Sábado de Aleluia estavam os mercadores do liberalismo, os que vendem o Estado.

Vi um judas japonês. Nada contra a brilhante colônia nipônica do Paraná e de Curitiba, mas certamente fazia o nosso povo referência a essa absurda alta de tarifa de ônibus metropolitanos num momento em que o combustível baixa de preço. Um judas japonês que não consta

nos evangelhos, mas está na boca do povo. Agora ao mesmo tempo, tenho visto o Governador sendo promovido na boca do povo.

Hoje, na Vila Sandra, entendemos que ganhará a eleição, ganhará a popularidade, não quem anuncie, não quem busque a popularidade fácil, mas quem esteja do lado do povo. Vale o Evangelho, o Governo existe para fazer cumprir a sentença. Meu jugo é sublime, meu fardo é leve.

É tarifa social da água, mas podia chamar-se Tarifa Requião.

O SR. 1º SECRETÁRIO (Delegado Braddock)

Quarenta e oito Srs. Deputados votaram, sendo 26 NÃO, 21 SIM e 01 NULO.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Está mantido o veto e rejeitado o Projeto.

O SR. DR. LUCIANO DUCCI (Justificativa de Voto)

Quero agradecer aos 26 Deputados que votaram pela derrubada do veto, que tiveram a sensibilidade de entender a importância, e dizer para a Associação dos Pacientes Portadores de Parckinson, que vamos estar vigilantes no dia-a-dia para ver se realmente a política que o Deputado Stica colocou aqui, que dentro de 60 dias vamos ter medicamentos para todos os pacientes portadores da doença de Parckinson em todo o Estado do Paraná.

Foi lamentável o encaminhamento que o governo fez. Quero lamentar o encaminhamento pela manutenção do veto que o Líder do Governo, Deputado Stica do PT fez, nesse encaminhamento, que impossibilitou que essa fosse uma lei permanente e atendesse todos os pacientes do Paraná, independente de qual governo estivesse no Poder.

Mas vamos estar vigilantes para que isso realmente aconteça, como vocês também vão estar.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Para justificar o voto, concedo a palavra ao Deputado Natálio Stica.

O SR. NATÁLIO STICA

Para deixar aqui, inclusive à direção da Associação dos Portadores do Mal de Parckinson, a garantia de que o Governador do Estado, através da Secretaria de Saúde, no máximo em dois meses, vai ter no Posto Ouvidor Pardinho, o Posto referência para Curitiba e toda a Região Metropolitana, e podem vir cobrar-me, porque serei, junto com os senhores, um vigilante nesta questão, e temos, ainda, a garantia da Secretaria da Saúde e que já está implantando, portanto, mais 6 centros de referência no Estado do Paraná até meados de 2005.

Somo-me aos senhores que aqui estão, porque sei do problema que é, e sei, também, da vontade que tem o Governo do Paraná e o Secretário da Saúde, Dr. Cláudio

Xavier, na garantia que está nos dando. Estaremos, juntos, garantindo esse seis centros de referência até meados do ano que vem e em dois meses o Posto Ouvidor Par-dinho sendo centro de referência para Curitiba e toda a Região Metropolitana.

O meu gabinete fica à disposição para ajudá-los nesta luta que é também, do Governo do Estado e do Secretário da Saúde, que já está implantando a lei federal.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Para justificar o voto, Deputado Jocelito Canto.

O SR. JOCELITO CANTO

Lamentável que se tenha perdido a oportunidade de se fazer exatamente aquilo que o Deputado Rafael Greca falou. Fico imaginando como é que vão sair daqui aqueles senhores que precisam desse medicamento e que viram esta Casa de Leis derrubar o projeto tão importante e de alto envolvimento social. Certamente, quando saírem para fora da Assembléia, eles saberão que é o “Judas” nessa situação.

Mas quero dizer ao Deputado Greca que jamais pode-se colocar “Tarifa Requião”, porque a lei não permite que se use o nome do Governador, e o Deputado que já foi Prefeito, sabe que não pode ser usado.

Finalizando, quero dizer que não sou Deputado daqui, de Curitiba, mas daqui a 60 dias vou lá nesse postinho para ver se tem medicamento. E peço, encarecidamente, aos senhores que têm o Mal de Parkinson aqui no Paraná, que, por favor, fiquem vivos até lá. Agüentem! São sessenta dias! Passa ligeirinho, passa num passe de mágica: é amanhã, dois, três, 30/60, Fiquem vivos até lá, por favor, porque sessenta dias é pouco, é mais rápido que dar 206 mil para jornais do Brasil, sem licitação! “Güentem” que vai dar certo!

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 036/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi, que denomina de Governador Antonio Anibelli, a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na PR-576 - ligando Santa Mônica com o município de Tapira (Rodovia Tildo Mazzarino). **Apro-vado.**

REDAÇÃO FINAL DO
PROJETO DE LEI Nº 036/2004
A Assembléia Legislativa do
Estado do Paraná

D E C R E T A :

Art. 1º - Fica denominada de Governador Antonio Anibelli, a ponte de concreto sobre o Rio Ivaí, na

Rodovia Tildo Mazzarino - PR-576, que liga Santa Mônica com o Município de Tapira.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Sala das Comissões, em 07.04.2004.

(a) NELSON JUSTUS - Presidente e Relator

ITEM 03

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 002/2004, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 002/2004, que objetiva excluir dos incisos II, IV e V, do artigo 12, da Lei nº 14.275, de 29 de dezembro de 2003, as expressões por projetos/atividades. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CO. Em votação.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Há um requerimento na mesa pedindo o adiamento desse projeto, por dez Sessões.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, como não tenho em mãos esse requerimento, solicito à Mesa que verifique.

O SR. DURVAL AMARAL

Enquanto isso, para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

Deputado Durval Amaral, não há requerimento protocolado na Mesa a esse respeito.

O SR. DURVAL AMARAL (**Para Encaminhar**)

Estou fazendo chegar o requerimento, adiando por dez sessões.

Sr. Presidente, estou aqui com a cópia da Ata da reunião da Comissão de Orçamento. Fui procurado pelo Deputado Ademir Bier, que é o nosso Presidente, ao qual tenho o maior respeito, apreço e admiração e fiz ver-lhe, que essa é uma questão por demais importante, para a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná.

Nós aprovamos na Comissão de Orçamento algumas modificações, com voto unânime dos Srs. Deputados, na Lei Orçamentária, colocando um dispositivo nas suplementações, ao artigo 12, se não me falha a memória, da Lei Orçamentária, por Projeto/Atividade. O Deputado Ademir Bier me ligou e me disse: Não, Deputado Durval, vamos dar quórum nessa reunião da Comissão de Orçamento. Você vota de maneira contrária. Não há problema algum.

Eu lhe disse, pelo respeito que tenho ao Deputado Ademir Bier e aos Parlamentares da Comissão de Orçamento, que a Oposição não se faria presente porque entendia que essa mensagem do Governo era de profundo desrespeito à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, até porque o orçamento, nós tínhamos recentemente aprovado, no mês de dezembro, compareceram unânimes acolhendo emenda por Projeto/Atividade e que

isso vinha em defesa da própria Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, porque aqui, nenhum de nós, Parlamentares, vamos criar óbices ou dificuldades ao Governo, para que ele possa mandar qualquer suplementação orçamentária, que nós, Deputados da Oposição vamos - desde que ela seja justificável - votar favoravelmente, mas que nós entendíamos que não seria correto, por parte da Assembléia, seria efetivamente uma *capitis diminutius*, seria diminuir a Assembléia Legislativa do Paraná votarmos uma mensagem desta natureza, porque o governo quer ignorar a Assembléia Legislativa, em matéria orçamentária. Quer remanejar o orçamento ao seu bel-prazer, sem ouvir a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná! Nós acabamos de aprovar na Comissão de Orçamento, no mês de dezembro! Isso se tornou lei na Assembléia Legislativa a necessidade do Governo, quando ultrapassar os limites ali estipulados na lei orçamentária, que ele submeta à Assembléia Legislativa as suplementações orçamentárias.

O nobre Deputado Ademir Bier fez-me um desafio - eu disse-lhe que teria grande prazer em esclarecer e provar, que em vários anos assim andou o orçamento do Estado, inclusive, no Governo anterior, do Jaime Lerner. No Governo Jaime Lerner a Assembléia Legislativa procurava preservar a sua autonomia, por Projeto/Atividade, sim, para que os técnicos da Comissão de Orçamento possam - eles que são pessoas competentes e preparadas - ainda mais aprimorar o orçamento a ser submetido à Assembléia Legislativa.

O que estamos fazendo? Estamos desautorizando a própria Assembléia Legislativa! Estamos desautorizando a Comissão de Orçamento! Estamos dizendo ao Governo do Estado, que a Assembléia Legislativa do Paraná não quer ser ouvida, quando suplementação orçamentária!

Eu, como Parlamentar que sou, não posso aceitar que todos nós aqui, na Assembléia, possamos neste momento renunciar a nossa capacidade legislativa de votar questões orçamentárias!

Quero mais dizer, a Comissão de Orçamento com todo respeito e apreço, porque falei ao deputado Ademir Bier, falei antes a ele essa questão: Deputado Ademir Bier, se as assinaturas forem pegadas, forem apostas sobre a coxa, no meio do corredor, terei que trazer esse fato a público, porque não se trata de uma questão pura e simples. Essa reunião da Comissão de Orçamento efetivamente não ocorreu. E nós sabemos disso. Nós sabemos que ela não ocorreu, mas é uma matéria por demais importante, para poder pegar a assinatura no corredor! Não posso aceitar!

Então, estou encaminhando uma solicitação para que seja adiado por 10 Sessões, porque com toda certeza, os Deputados da Base do Governo tem número suficiente para aprovar o projeto. Pode aprovar, mas posso afirmar, com a mais absoluta tranquilidade, isso não é em defesa dos Deputados de Oposição, isso não é em defesa do Executivo, não. Isso é para aniquilar a Assembléia Legislativa! É para dizer que o Governo não precisa da Assem-

bléia! Não podemos ser submissos a esse ponto! Os deputados mais prejudicados com essa submissão serão os da Base do Governo, porque não poderão sequer discutir questões orçamentárias!

Então, é uma questão aqui de bom senso, de proteção da Assembléia Legislativa, de proteção dos Parlamentares que votam com o Governo, todos os dias. Para mim, Deputado de Oposição, quanto menos o Governo atender os Deputados da Base do Governo, mais fácil vai ser Oposição no Paraná, principalmente nos Municípios do interior. Talvez se fosse por isso eu até pudesse me calar, mas aceitar a submissão de um Poder a outro, com essa magnitude, que infelizmente quer se dar, eu não posso compreender, não posso aceitar!

Faço um apelo ao Presidente da Comissão do Orçamento, Deputado Ademir Bier, não se diminua, não se intimide, Deputado Ademir Bier, não aceite essa diminuição que o Executivo quer impor à Assembléia Legislativa do Estado do Paraná!

O Governo que mande, assumo um compromisso público em meu nome e em nome dos Deputados da Oposição, mande tantas quantas suplementações orçamentárias quiser e precisar que nós, deputados de Oposição, Deputado Natálio Stica, vamos votar favoravelmente ao Governo! Nós fazemos oposição ao Governo, mas não fazemos Oposição às idéias, não fazemos oposição sistemática ao Governo do Estado do Paraná.

Então respeite o Poder Legislativo, vamos deixar que no mínimo, nós possamos opinar, que são questões orçamentárias, que o Executivo submeta à Assembléia Legislativa as Mensagens de Suplementação, Remanejamento de Dotações Orçamentárias, que tem um compromisso público meu aqui, Deputado Natálio Stica. Nós votaremos todas, tantas quantas forem as Mensagens do Governo, mas não vamos diminuir tanto, não vamos nos rebaixar tanto ao Poder Executivo, porque num futuro próximo, o Poder Legislativo será extremamente prejudicado.

E fica aqui o meu compromisso, tantas quantas forem as Mensagens a Oposição votará com o Governo para providenciar e para prover todas as suplementações orçamentárias que sejam necessárias, não só para esse orçamento, mas para outros.

Vamos preservar o Poder Legislativo, porque já podemos quase nada, se formos delegar tudo. Então, efetivamente, não valerá a pena aqui exercer o mandato nesta Casa.

O SR. JOCELITO CANTO (**Pela Ordem**)

Em primeiro lugar, gostaria de dizer o seguinte: não está na Ordem do Dia de hoje o projeto, os anexos do projeto não estão na Ordem do Dia. Tinha que constar aqui! Não está o projeto anexado na pauta de hoje.

O SR. PRESIDENTE (**Augustinho Zucchi**)

É publicado sempre na primeira discussão.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem)

Eu faria uma sugestão para que se retirasse por cinco Sessões e aí poderíamos aprofundar esse debate.

O SR. ADEMIR BIER (Para Encaminhar)

Com todo o respeito que me tem o Deputado Durval Amaral, pela minha vida pública como Vice-Prefeito de Marechal Cândido Rondon, como Prefeito de Marechal Cândido Rondon, pelo mandato passado que aqui estive, onde tive a oportunidade de acompanhar todas as peças orçamentárias que chegaram aqui na Assembléia, presidido por V. Exa. na Comissão de Orçamento da Assembléia. Por isso, não posso aceitar o puxão de orelhas, por dois motivos.

Primeiro, sua fala não confere. Tenho todo o direito de discordar da sua fala. Inicialmente essa Mensagem passou pela CCJ, veio à Comissão de Orçamento e nós encontramos dificuldade em dar quórum na nossa Comissão. Isso realmente confere. O que não confere é a segunda parte, onde nós convocamos os Deputados para dar quórum às 13h30.

Nessa segunda oportunidade, depois de termos conversado na tarde anterior, lá o senhor não compareceu. Ligamos ao seu gabinete, o senhor não estava, lá não compareceu. Nós convocamos os suplentes que aí estavam. Então, essa reunião realmente ocorreu, não confere que nós não estaríamos cometendo essa irresponsabilidade de estarmos aqui nesta tarde apresentando uma Ata da qual não tivesse acontecido essa reunião.

Segundo aspecto, nós tivemos a oportunidade, por diversas vezes, nos anos anteriores, de valorizar aqui o Poder Legislativo. E isso nós fizemos a partir do momento com os companheiros de Comissão, com a sua participação, com a participação efetiva e importante do companheiro Marcos Isfer como relator da nossa Comissão, promovendo audiências públicas que até então não tinha ocorrido. Discutindo Orçamento com funcionário da Assembléia, procurando avançar dessa forma.

O que entendia, que teria que passar na Comissão, não seria a Comissão de Orçamento naquele momento o instrumento para dar quórum sem discutir amplamente o assunto. Por isso, nós oportunizamos de chegar aqui no plenário para, nesta tarde, iniciar o processo de discussão do assunto.

Então, concordamos também que possa ser adiado por cinco Sessões, conforme acordo feito com o nosso Líder, Natálio Stica. Acho que daí é um processo de discutir. O que nós não podemos aceitar é evitar que não se tenha quórum na nossa Comissão, e ficar na Comissão de Orçamento, que a nossa responsabilidade é bem maior.

O SR. DURVAL AMARAL (Pela Ordem)

Quero publicamente aqui pedir desculpas ao Deputado Ademir Bier. Efetivamente, se houve a reunião e até disse isso aqui, disse ao colega e amigo que não aceitaria que fosse feito de outra forma, que nós, da Oposição,

havíamos deliberado pela obstrução, que se fosse encaminhado de outra forma, nós denunciaríamos.

Mas se houve a reunião, Deputado Ademir Bier, a sua palavra tem fé pública. Peço publicamente as minhas desculpas a V. Exa., mas para dizer que esse entendimento, feito aqui com Liderança de Oposição e a Liderança do Governo, patrocinado por V. Exa. também, de adiarmos por cinco Sessões, é a melhor solução para o momento! Acho que ficando adiado, nós vamos discutir a fundo a matéria. Tenho certeza que chegaremos a um bom acordo.

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA (Pela Ordem)

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

O que nós precisamos estabelecer sempre é o princípio da coerência. Respeito o Deputado Durval Amaral, um Parlamentar brilhante, inteligente. Mas não há nada mais importante, e sobre o brilhantismo, sobre a competência, há a coerência. V. Exa., nos anos de 98, 99, 2001, 2002 era o relator, e as sínteses estão aqui. Os orçamentos de 2001 - abrir créditos adicionais de até 5% por projeto-atividade operações especiais, decorrente de ingresso de excesso de arrecadação. A inserção operações especiais foi adicionada por força da Lei nº 101, não pela exigência de V. Exa., quando relator. No de 2002 - abrir créditos adicionais ao limite de 15% nas unidades orçamentárias. Não se falava de projeto-atividade. De 2003 - abrir créditos adicionais ao limite de 10% por unidade orçamentária.

Então, V. Exa. que foi relator, me desculpe, não pode hoje fazer um discurso de que tem que manter este Parlamento ativo, independente.

Fui da Oposição, sou da Bancada de Sustentação, mas o meu voto é vencido na Comissão de Orçamento, porque entendo que este é um projeto importante para a Assembléia Legislativa, mas não para que nós usemos dele cavalo de batalha na oportunidade.

Precisamos ter coerência. Hoje, fazer o discurso porque está na Oposição, dizer que o Poder Legislativo tem que ser valorizado, respeitado, que Deputado não pode ser capacho.

Vou votar contra, porque entendo que este é o momento sumamente importante para esta Casa. Somos nós que devemos manter o Poder com capacidade de fiscalizar, de acompanhar, com capacidade de permitir que conheçamos, enquanto representante da população, o que faz o Governo com o orçamento que autorizamos.

Agora, fazer um discurso ontem e fazer outro hoje, fica difícil estabelecer onde encontramos o homem político.

Concedo um aparte ao Deputado Durval Amaral.

O Sr. Durval Amaral

Agradeço o aparte que V. Exa. me dá, porque V. Exa. é um Parlamentar muito atuante, estudioso e que não fica ao lado das meias verdades.

Seu estudo de 2001, 2002 e 2003 certamente pode ser retroagido a 1999, 1988, anos anteriores em que também era o relator e o senhor vai ver que não faltei com a verdade e nem o senhor com meia verdade. Anteriormente, mesmo sob o meu patrocínio, sempre estipulávamos por projeto/atividade.

Sei que o senhor faz esse pronunciamento porque não lhe passaram os anos anteriores. Tenho certeza que é, terá acesso, e verá que não fui demagógico e nem o senhor usou da palavra com meias verdades.

Muito obrigado!

O SR. JOSÉ MARIA FERREIRA

Deputado Durval Amaral, aqui está claro: inciso 2 do artigo 9º (Lê).

Vou votar porque entendo que o projeto do orçamento é a peça mais importante que temos nesta Casa enquanto Deputado. Deputado não pode fazer projetos que tentam fazer aqui, Deputado Luciano Ducci a quem respeito muito, mas na minha avaliação o projeto cria compromissos que não estão no orçamento, para o projeto que acabamos de votar.

Esse tipo de projeto, tenho sido até meio inconveniente pelo companheirismo na CCJ, porque tenho dado meus pareceres pela legalidade. Agora, este aqui não, este é o momento que nós devemos acompanhar. Sei que traz mais dificuldades para o Governo, para a máquina burocrática do Governo, sei que traz mais dificuldades para a execução, para administração do Orçamento, mas é obrigação de prestar contas que o Governo tem dos seus atos, e por isso pedi licença ao meu Partido e discordei, para que pudesse fazer esse voto. Nós precisamos ter um comportamento único, porque antes eu preguei isso e hoje estou procurando ter a mesma iniciativa.

Muito obrigado!

O SR. ANDRÉ VARGAS (Para Encaminhar)

Sr. Presidente.

Apenas no sentido de esclarecer, se houve de fato um entendimento da retirada de pauta por cinco Sessões, a fim de que a polêmica sobre a acolhida no requerimento não se estabeleça.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Consulto ao Plenário se esse é o entendimento, porque nós já tínhamos colocado em processo de votação e realmente faltou do deputado Durval Amaral, no momento exato a solicitação.

O SR. ANDRÉ VARGAS

Em função, inclusive, da fala do Deputado José Maria, gostaria que assim fosse estabelecido aquilo que foi acordado, pelo menos aparentemente proposto pelo Líder do Governo de cinco Sessões, já que há inclusive divergências na própria Bancada, no nosso Partido.

O SR. PRESIDENTE (Augustinho Zucchi)

Há um entendimento consensual dos Parlamentares, portanto, esta Presidência coloca em votação o projeto para ser adiado por cinco Sessões.

Requerimento nº 565, de autoria do Sr. Deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a retirada da Ordem do Dia por 05 (cinco) Sessões. **Aprovado.**

Fica portanto, adiada a discussão por 05 (cinco) Sessões, do Projeto de Lei nº 002/2004.

Requerimento nº 529, de autoria do Deputado Jocelito Canto, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 531, de autoria do Deputado Pastor Edson Praczyk, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimentos nºs 540 e 541, de autoria do Deputado Dobrandino da Silva, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 543, de autoria do Deputado Ademir Bier, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 544, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 545, de autoria do Deputado Antonio Anibelli, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 547, de autoria do Deputado Nereu Moura, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 548, de autoria dos Deputados Elio Rusch, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Fernando Ribas Carli, Luiz Carlos Martins e Valdir Rossoni, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 551, de autoria do Deputado Luiz Carlos Martins, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 552, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins e demais Srs. Deputados, constante do expediente. **Aprovado. (A matéria acha-se publicada no final desta Ata).**

Requerimentos nºs 553 a 555, de autoria dos Deputados Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães, Luiz Carlos Martins, Elio Rusch, Valdir Rossoni e Fernando Ribas Carli, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 556, de autoria do Deputado Durval Amaral, constante do expediente. **À Comissão Executiva.**

Requerimentos nºs 557 e 563, de autoria da Deputada Cida Borghetti, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 558, de autoria do Deputado Tadeu Veneri, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 559, de autoria do Deputado Natálio Stica, constante do expediente. **Prejudicado.**

Requerimentos nºs 560, 561 e 562, de autoria do Deputado Rafael Greca, constantes do expediente. **Aprovados.** À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 564, de autoria do Deputado Neivo Beraldin constante do expediente. **À Comissão Executiva para deliberação.**

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 14, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 246/2003.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Leis nºs 157, 167, 435 e 456/2003; 061 e 077/2004.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Indicações nºs 128/2003 e 003/2004.

Levanta-se a Sessão.

Transcrição:

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DOS SRS. DEPUTADOS DURVAL AMARAL, ELIO RUSCH, PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES, VALDIR ROSSONI, LUIZ CARLOS MARTINS E FERNANDO RIBAS CARLI, EM SESSÃO DO DIA 13 DE ABRIL DE 2004.

“Com que, então?”

Jornalista Fábio Campana

Com que, então, voltamos aos velhos tempos? Ontem a polícia prendeu ex-Secretários de Estado, funcionários e alguns empresários acusados pela CPI da COPEL e pelo Ministério Público.

Esses cidadãos não foram condenados e não representam risco à sociedade. São cidadãos conhecidos, vacinados, com trabalho e endereço certo e sabido por todos.

Ora, pois, a prisão nessas circunstâncias pode representar punição antecipada. É ato de magistrado e não se põem dúvidas sobre o Juiz. Mas não é sentença final. Pode ser reformado e com ele o excesso e o constrangimento da prisão.

Nada, absolutamente nada, justifica prisões preventivas dessa ordem. Ninguém pode ser preso e humil-

hado por mera presunção de culpa. Os algozes não podem refletir os laivos de um sectarismo político que fere princípios básicos da democracia para satisfazer expectativas típicas da sociedade do espetáculo.

Há uma parcela da oposição que vibra de alegria. A mediania aplaude. Os discursos do moralismo mais chinfrim são retirados da gaveta para insuflar as emoções da platéia. Neste momento faz sucesso quem clama pelo linchamento. Poucos têm a coragem de lembrar das regras democráticas.

“Considero as prisões absurdas, decorrentes de motivação política, e subtraindo o direito de defesa de quem, em processo judicial isento, provará sua inocência”, diz Jaime Lerner, o ex-Governador, que por certo jamais imaginou que o processo político desaguaria em gestos tão primitivos.

Neste momento ninguém quer dar voz aos acusados. É necessário que se defendam. “Eu sou inocente. Isso é complô político realizado pelos mandatários do governo estadual”, acusa o ex-Secretário do governo Lerner, José Cid Campêlo Filho. Fique claro que ninguém é contrário a investigações, a CPI's, ao trabalho policial. O que os esperançosos da democracia discutem e deploram neste momento é o método. É a injustiça que pode, inclusive, desastrar o trabalho de investigação.

Atas de Comissão:

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA ATA DA 4ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos trinta dias do mês de março do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos seguintes Deputados: Elton Carlos Welter, Tadeu Veneri, José Maria Ferreira, Elza Correia, Jocelito Canto, Antonio Anibelli, Pastor Edson Praczyk, Barbosa Neto, Padre Paulo Campos, Ratinho Júnior, Marcos Isfer e André Vargas. Havendo número legal, o Presidente deu por aberta a presente reunião, colocando a Ata da reunião anterior em votação, após solicitação de dispensa da leitura pela Deputada Elza Correia - Aprovada. Passou-se à Ordem do Dia: 01) Projeto de Lei nº 231/2003, de autoria dos Deputados Reni Pereira, Dobrandino da Silva e Chico Noroeste. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 02) Projeto de Lei nº 235/2003, de autoria do Deputado Duílio Genari. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 03) Projeto de Lei nº 317/2003, de autoria do Deputado Barbosa Neto. O Deputado Marcos Isfer, relator da matéria, sugere devolução do projeto ao autor para adequá-lo - DEFERIDO pelo Presidente; 04) Projeto de Lei nº 549/2003, de autoria do Deputado Fernando Ribas Carli. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri -

APROVADO; 05) Projeto de Lei nº 600/2003, de autoria da Deputada Cida Borghetti. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Elton Carlos Welter - APROVADO; 06) Projeto de Lei nº 662/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 07) Projeto de Lei nº 680/2003, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 08) Projeto de Lei nº 692/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. O Deputado José Maria Ferreira, relator da matéria, sugere devolução do projeto ao autor para adequá-lo - DEFERIDO pelo Presidente; 09) Projeto de Lei nº 693/2003, de autoria dos Deputados Waldir Leite e Ratinho Júnior. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 10) Projeto de Lei nº 695/2003, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 11) Projeto de Lei nº 701/2003, de autoria do Deputado Ratinho Júnior. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Ratinho Júnior, na forma da emenda anexa - APROVADO, com voto contrário do Deputado Antonio Anibelli; 12) Projeto de Lei nº 017/2004, de autoria do Deputado Marcos Isfer. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Tadeu Veneri - APROVADO, com voto contrário dos Deputados José Maria Ferreira, Elza Correia e Elton Carlos Welter; 13) Projeto de Lei nº 706/2003, de autoria do Deputado Padre Paulo Campos. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 14) Projeto de Lei nº 726/2003, de autoria do Deputado Plauto Miró Guimarães. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 15) Projeto de Lei nº 02/2004, de autoria do Poder Executivo. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Marcos Isfer - APROVADO; 16) Projeto de Lei nº 09/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira, na forma da emenda anexa - APROVADO; 17) Projeto de Lei nº 12/2004, de autoria do Deputado Reni Pereira. Parecer CONTRÁRIO do Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 18) Projeto de Lei nº 22/2004, de autoria do Deputado Jocelito Canto. Parecer CONTRÁRIO do

Deputado José Maria Ferreira - APROVADO; 19) Projeto de Lei nº 246/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado José Maria Ferreira à emenda de Plenário - APROVADO; 20) Projeto de Lei nº 725/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Antonio Anibelli - APROVADO; 21) Projeto de Lei nº 36/2004, de autoria do Deputado André Vargas. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Hermes Fonseca, na forma da emenda anexa - APROVADO; 22) Projeto de Lei nº 728/2003, de autoria do Deputado Hermas Brandão - APROVADO; 23) Projeto de Lei nº 45/2004, de autoria do Deputado Alexandre Curi. Parecer FAVORÁVEL do Deputado Jocelito Canto - APROVADO. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei a presente Ata que após lida e aprovada, será assinada pelo Presidente, pelos Deputados presentes e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada, e Secretária desta Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andreta - Secretária

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
1ª SESSÃO LEGISLATIVA - 15ª LEGISLATURA
TERMO DE ATA

Aos seis dias do mês de abril do ano de dois mil e quatro, reuniu-se na sala de reuniões das comissões da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, a Comissão de Constituição e Justiça, sob a presidência do Deputado Hermes Fonseca e com a presença dos deputados Jocelito Canto, Tadeu Veneri, Elton Carlos Welter, Marcos Isfer e Pastor Edson Praczyk. Não havendo número legal, declarou-se transferida a presente reunião. Nada mais havendo a tratar, e para constar e produzir efeitos legais, lavrei o presente Termo de Ata, que após lido e aprovado será assinado pelo Senhor Presidente, pelos Senhores Deputados e por mim, Ana Lúcia Andretta, advogada e Secretária de Comissão.

(aa) HERMES FONSECA - Presidente
Ana Lúcia Andretta - Secretária